UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CPAQ - CAMPUS DE AQUIDAUANA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

OS DISCURSOS DAS NOVAS DIREITAS SOBRE A "DOUTRINAÇÃO" COMUNISTA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O MBL (2015-2022).

IZABELLA COLATINO ADVINCOLA RORIZ DE BRITTO

AQUIDAUANA
2024

IZABELLA COLATINO ADVINCOLA RORIZ DE BRITTO

OS DISCURSOS DAS NOVAS DIREITAS SOBRE A "DOUTRINAÇÃO" COMUNISTA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O MBL (2015-2022).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como ao Curso de Graduação em História, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Profº Drº Guilherme Franco Andrade

AQUIDAUANA
2024

RORIZ DE BRITTO, Izabella Colatino Advincola. **Os discursos das novas direitas sobre a "doutrinação" comunista nas universidades brasileiras: o MBL (2015-2022).** 2024. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2024. Disponível em:

OS DISCURSOS DAS NOVAS DIREITAS SOBRE A "DOUTRINAÇÃO" COMUNISTA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O MBL (2015-2022).

IZABELLA COLATINO ADVINCOLA RORIZ DE BRITTO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Aprovado em: 03 de Dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador
Profº Drº Guilherme Ignácio Franco de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - CPAQ

_____

Membro da banca
Profº Drº Vinicius Suzigan Ferraz
Universidade Estadual Paulista - FAAC

_____

Membro da banca
Profº Drº Paulo Marcos Esselin
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - CPAQ

Dedico este trabalho à minha mãe, que, sob o peso do trabalho e a dureza da luta diária, abriu caminho para que eu pudesse andar pela sombra de seu amor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus SU por ter iluminado meus caminhos e me dado forças para enfrentar cada desafio desta jornada.

À minha mãe, minha base e minha maior inspiração. Você é tudo o que há de mais valioso em minha vida, meu porto seguro e a força que nunca me deixou desistir. Cada conquista minha é reflexo do amor, da sabedoria e da dedicação que você me ensinou.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição que formou mais uma filha de escola pública. Essa conquista não é só minha, mas de todas as pessoas que acreditam no poder transformador da educação pública e gratuita.

Ao corpo docente do Campus de Aquidauana, que acreditou em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidava de mim mesma. Vocês foram guias e inspirações, e sou profundamente grata pelo apoio e pelo estímulo à busca constante pelo conhecimento.

Ao meu orientador, Professor Guilherme Ignácio Franco de Andrade, que não soltou da minha mão em momento nenhum. Obrigada por acreditar no meu potencial, por me incentivar rotineiramente à ciência e por me ensinar a olhar para os desafios com coragem e determinação.

À Ana Flávia, minha metade de neurônio, minha salvadora em tantos momentos. Você não apenas me apoiou metaforicamente, mas literalmente me salvou de mim mesma e das dores do mundo. Todos os dias em que acordo e lembro que o universo me deu você como presente, me sinto grata. Sei que nossa amizade transcende este plano material, e isso me conforta e fortalece, pois sei que vou encontrá-la em outras vidas que virão.

Ao meu amigo Gabriel Recalde, companheiro de uma trajetória árdua no movimento estudantil. Obrigada por ser um ombro amigo, por compartilhar lutas, esperanças e sonhos, e por sempre acreditar que dias melhores estavam por vir.

Ao meu amor, Magno, que com paciência infinita tratou ao meu lado as minhas ansiedades, noites mal dormidas e os desafios de uma rotina intensa. Obrigada por incessamente me incentivar a crescer intelectualmente, por ser meu alicerce físico, emocional e psicológico. Em meio a tantas intempéries da vida, você escolhe a nós todos os dias, e por isso sou eternamente grata. Você tem todo o meu amor.

E a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada, minha eterna gratidão. Esta vitória não é só minha, mas de todos que acreditaram e apostaram no meu sonho.

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a atuação ideológica de movimentos e intelectuais que surgiram no Brasil a partir dos anos 2000, que fazem parte da “direita” “brasileira”. Esses grupos tiveram maior destaque no cenário político a partir das jornadas de junho de 2013 e, posteriormente, se tornaram agentes políticos após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Entre eles, o Movimento Brasil Livre (MBL) se destaca como produtor de materiais ideológicos e políticos da nova direita, principalmente nas redes sociais, grupos de WhatsApp e Telegram, agindo como aparelhos privados de hegemonia, na produção do consenso de um projeto de direita neoliberal. Dentre as diferentes temáticas debatidas por esse grupo, temos como principal objeto de análise as produções de conteúdo e discursos ideológicos, sobre uma suposta doutrinação ideológica dos professores e de toda estrutura universitária, de vertente comunista, nas universidades brasileiras. Essa suposta doutrinação tem sido utilizada para atacar as universidades públicas no Brasil e seus professores, procurando denunciar as universidades e propor modelos privatistas da educação.

Palavras-Chave: Extremismo Político, Anticomunismo, MBL

ABSTRACT

This study aims to investigate the ideological actions of movements and intellectuals that emerged in Brazil from the 2000s, which are part of the Brazilian “right-wing”. These groups gained significant prominence in the political arena following the June 2013 protests and later became key political actors after the impeachment of President Dilma Rousseff. Among them, the Movimento Brasil Livre (MBL) stands out as a producer of ideological and political content for the new right, primarily through social media, WhatsApp and Telegram groups, acting as private apparatuses of hegemony in shaping a neoliberal right-wing agenda. The main focus of this analysis is the production of content and ideological discourses regarding an alleged communist indoctrination by professors and the entire university system in Brazilian universities. This supposed indoctrination has been used to attack public universities in Brazil and their faculty, aiming to discredit these institutions and advocate for privatized models of education.

Keywords: Political Extremism, Anticommunism, MBL.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1. O ANTICOMUNISMO NO BRASIL (1920 – 2002) **12**

1.1 O início do Anticomunismo no Brasil (1920 – 1945) 12

1.2 O contexto geopolítico internacional (1945 – 1964) 17

1.3 O anticomunismo durante a Ditadura Cívico-Militar no Brasil (1964 – 1985) 22

1.4 O processo de Redemocratização no país e o neoliberalismo (1985-2003) 28

2. MOVIMENTO BRASIL LIVRE **34**

2.1 Governo do Partido dos Trabalhadores, Lula (2002-2010) 34

2.2 Governo do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff (2011-2016) 37

2.3 As Jornadas de Junho de 2013: O ponto de inflexão sociopolítica 39

2.4 Think Tanks e o Movimento Brasil Livre 43

3. O Movimento Brasil Livre e a Construção de um Discurso Anticomunista **49**

3.1 Hegemonia segundo Gramsci 49

3.2 O MBL e a “Doutrinação Comunista nas Universidades”: Discursos e Estratégias 50

3.4 O MBL como um Aparelho Privado de Hegemonia 55

3.4 Há doutrinação? 56

CONSIDERAÇÕES FINAIS **59**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **60**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como objetivo analisar os discursos anticomunistas disseminados pelos movimentos políticos que surgiram no Brasil a partir de 2014, que representam a "nova direita" no Brasil. Nosso ponto de partida é analisar a construção do discurso do Movimento Brasil Livre (MBL) sobre uma suposta doutrinação de caráter comunista no ambiente acadêmico, principalmente nos cursos das ciências sociais nos últimos 20 anos.

O estudo realiza uma análise histórica do anticomunismo no Brasil, desde o começo do século XX até a época da redemocratização. A evolução dessa ideologia será analisada através dos governos do PT, das Jornadas de Junho de 2013 e, por fim, do surgimento e ascensão do MBL, situando a função de cada um desses eventos na manutenção e adaptação do discurso anticomunista. Nesta análise, investigamos como o fantasma do comunismo, que voltou sob a forma de acusações de doutrinação, persiste como um componente fundamental do debate político no Brasil, mantendo-se pertinente mesmo em pleno século XXI.

A questão da "doutrinação" nas universidades brasileiras tem sido amplamente discutida pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que acusa as instituições de ensino superior, especialmente as universidades públicas federais, de promoverem uma "ideologia de esquerda", especialmente o marxismo e o socialismo.

Contudo, essa afirmação necessita de uma avaliação aprofundada e fundamentada, levando em conta as particularidades da produção acadêmica nacional, e para isso, examinaremos narrativas compartilhadas nas redes sociais, como vídeos no YouTube e postagens no Facebook. Por meio desses recursos, podemos entender como o MBL desenvolve e propaga sua perspectiva acerca da alegada doutrinação ideológica nas universidades.

Para tanto, será utilizada uma abordagem teórica fundamentada nas teorias do filósofo e teórico político Antonio Gramsci, que auxiliará a compreender os processos de construção da hegemonia e a relação entre cultura, poder e conhecimento. O autor oferece uma compreensão da hegemonia não apenas como domínio político, mas também como uma disputa cultural, onde diferentes grupos sociais competem para moldar as percepções e os valores dominantes na sociedade. A partir dessa perspectiva, o MBL pode ser desenvolvido

como um componente privado de hegemonia, que busca substituir uma suposta hegemonia ideológica ligada à esquerda por uma nova ordem neoliberal e conservadora.

O estudo conduzido para este trabalho tem como base informações do Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilita a identificação de ideologias como o marxismo em estudos acadêmicos no Brasil. Através desta avaliação quantitativa, podemos compreender a verdadeira extensão dessas ideologias no ambiente acadêmico e ponderar sobre o significado das acusações de "doutrinação".

1. O ANTICOMUNISMO NO BRASIL (1920 – 2002)

1.1 O início do Anticomunismo no Brasil (1920 – 1945)

A proclamação da República no Brasil em 1889 marcou o início de uma nova era de transformações profundas no tecido social brasileiro. No entanto, foi durante a década de 1920 que o anticomunismo começou a se consolidar como uma força política importante no país.

Segundo o historiador Motta (2002), o anticomunismo surgiu como resposta ao crescimento de ideais marxistas e à Revolução Russa de 1917.[1] Esse fenômeno foi alimentado pela percepção de que o comunismo representava uma ameaça à ordem social e econômica vigente.

A República Velha, que durou de 1889 a 1930, foi caracterizada por uma forte influência das oligarquias regionais, especialmente as de São Paulo e Minas Gerais, que controlavam a política e a economia nacional por meio de acordos informais, como a política do "café com leite"[2]. Essa estrutura clientelista, conhecida como coronelismo, garantia votos e fidelidade política em troca de favores e proteção.

No entanto, a partir da década de 1920, surgiram movimentos urbanos e sindicais inspirados por ideais marxistas e influenciados pela Revolução Russa de 1917[3]. Esse crescimento do movimento operário e da esquerda política foi visto como uma ameaça pelas elites dominantes.

A Grande Depressão de 1929 acentuou a crise política e econômica no Brasil, criando um cenário propício para o anticomunismo se tornar uma força política importante. O medo do comunismo se espalhou globalmente após a Revolução Russa, influenciando a política brasileira.

A década de 1920 foi marcada por um descontentamento social e político crescente no Brasil, alimentado pela crise econômica e pela negligência das demandas populares pela Oligárquica República Velha[4]. Esse período de transição foi caracterizado por uma luta pelo poder e pela influência, que culminou na crise política da República Velha.

---

[1] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 6

[2] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p. p. 92

[3] BUGIATO, Caio Martins. O impacto da revolução russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil. História social, n. 14/15, p. 141-155, 2008.p. 146

[4] CARVALHO, J. M. (2003). A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Editora da Universidade de São Paulo.

Essa composição de crise nacional e internacional, instabilidade e descontentamento, preparou o terreno para a Revolução de 1930. Lideranças dissidentes, compostas por elites regionais, militares e setores urbanos, insatisfeitos com as oligarquias mineira e paulista, formaram um grupo para se organizar em torno de Getúlio Vargas, candidato derrotado na eleição presidencial de 1930.

Com o apoio desses grupos, somado à crise, Vargas liderou uma revolta armada que colocou fim à Primeira República, e inaugurou um novo ciclo político no Brasil. Nesse contexto de transformações e em um cenário global marcado pela contradição ideológica, o anticomunismo surgiu como uma força política importante. O temor do comunismo, alimentado pela Revolução Russa de 1917, emergiu como resposta ao crescimento de ideais marxistas[5].

Desde então, de acordo com Motta (2002), a luta contra o comunismo se tornou uma estratégia política fundamental para diversos governos e grupos sociais em distintas partes do mundo, inclusive no Brasil, que vivia momentos de instabilidade absoluta.

O autor explica que o anticomunismo funciona como um sistema de representações que agrega ideologias, percepções e interpretações sobre o comunismo, frequentemente apresentado-o como uma ameaça à ordem social e econômica vigente, e, para entendermos o efeito dessa "ideologia", é crucial analisar como ela se desenvolveu do norte ao sul global.

O advento da Guerra Fria acentuou esse fenômeno, dividindo o mundo em dois blocos opostos - o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética.

Durante esse período, políticas anticomunistas foram aplicadas em diferentes partes do mundo, marcadas por intensas campanhas de propaganda, repressão e até intervenções militares, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. O autor também descreve como o anticomunismo global foi impulsionado pela luta ideológica entre duas superpotências, e em como contribuiu para a criação de um imaginário coletivo que via o comunismo como uma ameaça à ordem[6].

No Brasil, o temor de uma revolução comunista, intensificado pela experiência soviética, ganhou relevância na década de 1920, período caracterizado por significativas agitações sociais e políticas que ameaçavam a ordem estabelecida,

---

[5] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 16

[6]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 8

> No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística"[7]

Segundo Rodrigo Patto (2002), existem alguns outros fatores importantes para o crescimento do anticomunismo no Brasil, como a expansão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1930, a adesão popular do líder "tenentista" Luiz Carlos Prestes[8], e a formação da Aliança Nacional Libertadora, que passou a ser vista pelas elites do país como um fortalecimento substancial da "ameaça vermelha", na medida em que se dava o processo de expansão da influência do PCB.

Além desses fatores, segundo o autor, a "Intentona Comunista" ocorrida em novembro de 1935, foi a principal catalisadora para a disseminação e a consolidação do anticomunismo no Brasil como política de Estado[9]. O evento teve um impacto significativo sobre a opinião pública conservadora, pois não se tratava de uma rebelião qualquer, mas de uma tentativa armada dos comunistas de assumir o poder[10].

Tal evento fortaleceu a narrativa de uma ameaça comunista iminente, e forneceu ao governo de Vargas um pretexto para intensificar a repressão e implementar políticas de segurança nacional mais rigorosas e autoritárias. Essa conjuntura culminou na imposição da Constituição de 1937, que marcou o início do Estado Novo.

A outorga da nova Constituição, que ficou conhecida como "Polaca", devido à sua inspiração no modelo autoritário da Constituição polonesa de 1935, ocorreu em 10 de

---

[7]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 16
[8]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 6
[9]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 7
[10]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 7

novembro de 1937[11], e já no seu preâmbulo fica evidente suas intenções intervencionistas e o anticomunismo já institucionalizado,

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Atendendo ás legitimas aspirações do povo brasileiro á paz politica e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, collocando a Nação sob a funesta imminencia da guerra civil; Attendendo ao estado de apprehensão creado no paiz pela infiltração communista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remedios de caracter radical e permanente..." (BRASIL, 1937)

Essa outorga foi justificada por um suposto estado de emergência relacionado à ameaça comunista, que foi amplamente vinculado ao "Plano Cohen". Plano esse que foi utilizado como um instrumento para propor a adoção de medidas de exceção, fortalecendo o regime ditatorial, e revelando a instrumentalização do anticomunismo, legitimando o autoritarismo do governo Vargas.

Segundo o autor Orides Mezzaroba[12], o Plano Cohen foi uma falsificação criada nos bastidores do governo Vargas, com a participação direta de Góis Monteiro e Getúlio Vargas, evento que instaurou o Estado Novo em 1937. Embora atribuído à Ação Integralista Brasileira (AIB), o autor argumenta que os integralistas foram apenas intermediários e que o líder da AIB, Plínio Salgado, desconhecia o conteúdo do documento.

O plano foi redigido pelo capitão Olímpio Mourão Filho, integrante da AIB, e apresentado como uma conspiração comunista iminente, utilizada para criar pânico na população e prever a decretação do estado de guerra. Seu objetivo era legitimar a concentração de poderes de Vargas, eliminando resistências civis e consolidando um regime autoritário sob o pretexto de combater o comunismo.[13]

Mezzaroba ressalta que o uso de um documento sabidamente falso expõe a irresponsabilidade das autoridades da época, além de demonstrar como o medo do

---

[11] BRASIL. Constituição de 1937.
[12] MEZZAROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos, p. 92-101, 1992 p. 5.
[13] MEZZAROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos, p. 92-101, 1992 p. 3

comunismo foi explorado como ferramenta política para sustentar regimes de exceção no Brasil.

Além do arcabouço jurídico da "Constituição Polaca", e o Plano Cohen, o governo Vargas empregou outros mecanismos para reprimir a oposição e consolidar o controle estatal. Segundo a historiadora Lilia Schwarcz[14], o Estado Novo, como qualquer regime de força, depende do consentimento popular, e utiliza-se de um aparato robusto para legitimar e difundir seu ideário político.

Nesse contexto, a remodelação do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) em 1931, também criado por Vargas, para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, foi crucial para a censura e a repressão do controverso.

Segundo o autor Francisco José Paschoal[15], o DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares, no qual o governo varguista se utilizou para propagar informações e imagens que tivessem a intenção de fortalecer um Estado nacionalista, e a enfraquecer possíveis "ameaças estrangeiras". O mesmo compreendia cinco divisões: Divisão de divulgação, rádio, teatro, imprensa e cinema.

Subordinado diretamente à Presidência, o DIP possuía amplos poderes de interferência na área de comunicação, funcionando como um instrumento central para moldar a opinião pública e suprimir qualquer forma de resistência ao regime[16].

Além de Vargas, outro movimento brasileiro também utilizou-se do anticomunismo como uma de suas estratégias principais. Segundo o autor João Fábio Bertonha em *O Integralismo e o Mundo* (2024), influenciados por princípios fascistas, a Ação Integralista Brasileira viu o comunismo como um adversário a ser derrotado, aderindo a essa retórica com o objetivo de conquistar o apoio do público[17].

Bertonha (2024) descreve que a utilização do anticomunismo pelos Integralistas não era apenas uma reação conservadora, mas parte de uma estratégia política mais ampla, que visava consolidar a AIB como a principal representação da direita autoritária no Brasil. O anticomunismo permitiu que os Integralistas agregassem diversos segmentos da sociedade, desde intelectuais até camadas populares, que temiam a ascensão do comunismo.

---

[14] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 375

[15] PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do "marketing político" e da propaganda no Brasil. I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Anais. Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 4

[16] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 376

[17] BERTONHA, João Fábio. O integralismo e o mundo: comparações, percepções e diálogos transnacionais. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2024. 235 p. Il. 6,7 MB. PDF. p. 53

A análise de Bertonha[18] destaca também que, ao se posicionarem como defensores da nação contra o comunismo, os Integralistas conseguiram articular um movimento que, apesar de suas dissidências internas, se apresentou como uma alternativa viável às propostas políticas liberais e socialistas da época.

Portanto, entendemos que o anticomunismo no Brasil se afirmou, então, como uma força mobilizadora que atuou de modo incisivo e concreto na política nacional, atravessando diferentes regimes e orientações ideológicas, desde o varguismo até o integralismo.

O autor Motta (2002) ressalta que essa construção ideológica ecoou de modo significativo em diferentes camadas sociais, não apenas como um discurso simbólico, mas também como instrumento de ações concretas e institucionais, resultando em efeitos sociais e políticos profundos. [19]

Segundo Carla Luciana Silva, em diferentes momentos da história política brasileira, o "anticomunismo" foi utilizado para legitimar uma reação conservadora[20]. Fato é que o anticomunismo se tornou uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo.

Assim, o fenômeno tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, extrapolando o contexto de combate ideológico e deixando marcas permanentes na estrutura política e cultural do país, influenciando a forma como a sociedade brasileira se organiza e se relaciona com o poder.

1.2 O contexto geopolítico internacional (1945 – 1964)

A vitória dos Aliados em setembro de 1945 marcou o início de uma nova fase na expansão do anticomunismo global. Durante a Segunda Guerra Mundial, a luta contra o fascismo mobilizou alianças improváveis, unindo os Estados Unidos, maior expoente do capitalismo, e a União Soviética, principal representante do comunismo[21].

Essa cooperação, porém, foi de natureza essencialmente estratégica e limitada aos objetivos de guerra, já que os interesses ideológicos entre esses poderes eram amplamente divergentes. Como aponta Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos: O Breve Século XX*

---

[18] BERTONHA, João Fábio. O integralismo e o mundo: comparações, percepções e diálogos transnacionais. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2024. 235 p. Il. 6,7 MB. PDF. p. 63

[19] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 13

[20] SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. Tempos Históricos, v. 2, n. 1, p. 195-228, 2000. p. 199

[21] HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995. p. 14

(1914-1991), a aliança era uma "necessidade momentânea de sobrevivência" e não implicava em alinhamento de valores, já que as desconfianças mútuas continuavam latentes[22].

Fato é, que o socialismo soviético passou a ser visto pelos Estados Unidos não como uma ameaça apenas militar, mas também cultural e econômica, podendo desestabilizar as bases do capitalismo liberal ocidental e questionar a hegemonia política estadunidense em regiões estratégicas, especialmente na Europa e na Ásia[23].

A influência dos Estados Unidos estendeu-se ao hemisfério ocidental, onde as nações latino-americanas, incluindo o Brasil, passaram a ser alvos de uma política de contenção ao comunismo. Essa política visava prevenir a expansão do comunismo e proteger os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos na região.

Como observa Hobsbawm[24], o medo de uma "onda vermelha" em meio às condições de privação e instabilidade social contribuíram para que o anticomunismo se consolidasse como uma ferramenta essencial na contenção do avanço soviético.

A partir do final dos anos 1940, a América Latina começou a receber cada vez mais atenção do governo americano, que buscava garantir que a região se mantivesse alinhada aos valores capitalistas e livre de influências soviéticas. Esse processo de contenção, pautado pelo temor de uma "onda vermelha" mencionada por Hobsbawm, alimentou intervenções diretas e indiretas em diversos países latino-americanos, buscando evitar o avanço de ideais socialistas em um contexto de fragilidade econômica e social.

No Brasil, o reflexo dessa política anticomunista global foi fortemente penetrada pelos Estados Unidos, que incentivou a adoção de discursos e políticas de repressão aos movimentos de esquerda. Com o início da Guerra Fria, o governo brasileiro intensificou o combate a qualquer forma de organização considerada subversiva, como por exemplo a inserção do Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade novamente.

Entretanto, Motta[25] aponta que no caso da "onda" anticomunista fruto da Guerra Fria, podemos dizer que no Brasil ela começou antes que nos EUA, uma vez que enquanto em terras estadunidenses o rompimento com a URSS de forma definitiva aconteceu a partir de 1947, com a Doutrina Truman e o Plano Marshal, no Brasil a perseguição ao PCB começou

---

[22] HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995. p. 15
[23] PINHEIRO, Fábio Luciano Francener. Guerra Fria e liberdades civis, ontem e hoje, em Ponte dos Espiões. Significação: revista de cultura audiovisual, v. 46, n. 52, p. 126-148, 2019. p. 4
[24] HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995 p. 16
[25] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 18

um ano antes, no momento em que se teve o processo de cassação do registro eleitoral do partido.

Nesse sentido, a relação com os Estados Unidos se tornou central para as elites políticas e militares brasileiras, que viam o alinhamento com o capitalismo como uma forma de garantir o desenvolvimento econômico e conter possíveis levantes sociais inspirados em ideais socialistas[26].

Essa postura anticomunista estadunidense foi reforçada pela criação de órgãos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948[27], e pela adoção de doutrinas anticomunistas, como a Doutrina Truman, que manifestava a necessidade de apoio militar e econômico dos Estados Unidos a países que enfrentavam "ameaças comunistas"[28]. No Brasil, essa conjuntura levou ao fortalecimento do aparelho repressor do Estado, especialmente com a criação de leis anticomunistas e o monitoramento de movimentos considerados perigosos para a ordem vigente[29].

Esse panorama foi essencial para a estruturação de uma política cultural anticomunista que atravessou décadas e preparou o cenário para a instauração do regime militar em 1964[30], uma vez que a influência internacional foi decisiva para a legitimação de uma política de segurança nacional que visava combater a expansão de ideias "revolucionárias".

Ao entrarmos na década de 60 no Brasil, nos deparamos com as agitações pré golpe militar. O governo de João Goulart, conhecido como Jango, travou uma série de desafios ao propor as chamadas as chamadas reformas de base, um conjunto de mudanças nas áreas agrária, educacional, administrativa e econômica, que visavam impulsionar maior isonomia e desenvolvimento social. [31]

Essas propostas, no entanto, geraram forte oposição das elites econômicas, das forças armadas e de setores conservadores, que viam em Jango intenções socialistas perigosas. Aproveitando-se do contexto de Guerra Fria, as elites conservadoras acentuaram a propaganda contra o comunismo, associando as reformas de Jango a uma suposta tentativa de implementação de um regime soviético (socialista).[32]

---

[26] HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995 p. 162
[27] OEA. (1948). Carta da Organização dos Estados Americanos.
[28] TRUMAN, H. S. (1947). Discurso sobre a Doutrina Truman.
[29] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 43
[30] SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 145
[31] DE AMORIM, Alexandre Silveira. O governo João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964. Revista Angelus Novus, n. 20, 2024. p. 3
[32] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 17

Tal discurso anticomunista, foi amplamente promovido por campanhas midiáticas, financiadas tanto por empresários quanto por grupos conservadores, que difundiram a ideia de que o Brasil estava à beira de uma revolução comunista.

Na conjuntura do governo de Jango, setores militares passaram a ver a presença de ideias progressistas como uma ameaça à segurança do Estado, assumindo uma postura de vigilância sobre qualquer movimento associado à esquerda. Esse posicionamento foi estimulado pela Doutrina de Segurança Nacional[33], que defendia a eliminação de qualquer risco ao modelo capitalista ocidental, uma vez que, a movimentação anticomunista também contornou a atuação das forças armadas, que se consideravam guardiãs da ordem e da estabilidade nacional. Dessa forma, os militares ganharam terreno e construíram um discurso favorável à intervenção, que rapidamente se consolidou como uma resposta legítima à "subversão" no Brasil.

O tratamento de Jango com lideranças sindicais e movimentos populares também foi utilizada por esses setores oposicionistas para fortalecer a retórica anticomunista. As manifestações de apoio a Jango, como o comício da Central do Brasil em março de 1964, foram vistas pelos seus inimigos como uma evidência de seu comprometimento com o socialismo[34]. Isso reforçou a narrativa do "perigo comunista", principal arma estratégica para desestabilizar o governo e justificar uma intervenção.

As lideranças empresariais, políticas e militares se uniram para criar um clima de insatisfação e instabilidade, que enfraqueceram a imagem de Goulart perante a população e ampliaram a percepção de que o país precisava de uma mudança radical.[35]

A oposição a Jango não foi apenas externa, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava dividido em relação às propostas de reforma, com alguns setores defendendo uma abordagem mais radical.

Nos últimos meses do governo Goulart, a crise política atingiu um ponto crítico. A via democrática, que antes era considerada o caminho natural para resolver conflitos, gradualmente foi descartada por todos os atores políticos. A direita, aproveitando-se desse cenário, conquistou o apoio de conservadores moderados, defendendo que apenas uma

---

[33] GIANNASI, Carlos Alberto. A doutrina de segurança nacional e o" milagre econômico". The National Security Doctrine and the Economic Miracle]. PhD, São Paulo University, 2011. p. 165

[34] PARKER, Marcelo. Jango: o Populismo Em Crise e o Discurso de 13 de Março. Revista Historiador, n. 2, 2009. p. 7

[35] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 273

revolução poderia "purificar" a democracia, eliminando a luta de classes, o poder dos sindicatos e os perigos do comunismo[36].

No início de 1964, Jango optou por uma estratégia política que segundo Boris Fausto (2006), revelou-se desastrosa. Aconselhado por seu círculo íntimo, o presidente decidiu contornar o Congresso Nacional e implementar as Reformas de Base por decreto, com o apoio de setores militares e sindicais.

O Comício da Central, realizado em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, foi o primeiro grande ato público dessa estratégia. Cerca de 150 mil pessoas se reuniram para ouvir Jango e Brizola, que defendiam as reformas. Durante o evento, Jango assinou dois decretos importantes: um que desapropriava refinarias de petróleo não estatais e outro que permitia a desapropriação de propriedades subutilizadas. Essas medidas foram vistas como uma ameaça pelos conservadores e contribuíram para o clima de tensão política que levou ao golpe militar de 1964.[37]

Outros dois acontecimentos intensificaram o clima de instabilidade. A Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, realizada em São Paulo, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em março de 1964, demonstrou apoio à oposição de Jango. Esse evento, somado à Revolta dos Marinheiros liderada por Cabo Anselmo, criou um clima favorável ao golpe militar[38].

Segundo Boris Fausto, Jango executou seu último gesto perigoso e derradeiro quando discursou em uma assembleia de sargentos no Rio de Janeiro, momento em que o golpe militar já estava em andamento. O general Olímpio Mourão Filho, envolvido no episódio do Plano Cohen em 1937, liderou o movimento com o apoio do governador Magalhães Pinto. Em 31 de março, Mourão mobilizou suas tropas em Juiz de Fora e marchou em direção ao Rio de Janeiro.[39]

A situação se desenrolou rapidamente, com um confronto entre facções militares opostas parecendo inevitável. Em 1º de abril, Jango voou para Brasília e evitou qualquer ação que pudesse levar a violência. As tropas do II Exército, lideradas pelo general Amaury Kruel, se uniram às do I Exército, e o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente. O presidente da Câmara dos Deputados assumiu o cargo, mas o poder verdadeiro já estava nas mãos dos comandantes militares.[40]

---

[36] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 458
[37] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 458
[38] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 459
[39] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.p 460
[40] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 460

1.3 O anticomunismo durante a Ditadura Cívico-Militar no Brasil (1964 – 1985)

O golpe de 31 de março de 1964 foi apresentado como uma medida para livrar o Brasil da corrupção e do comunismo, com o objetivo de restaurar a democracia. No entanto, segundo o historiador Boris Fausto, o regime militar brasileiro teve uma característica peculiar: embora tenha violado os princípios básicos da democracia e deslocado o poder para outras esferas, raramente deixava explícito seu caráter autoritário[41].

De maneira oposta, o novo regime utilizou decretos, conhecidos como Atos Institucionais (AI), para alterar as instituições do país. Esse processo começou com o AI-1, baixado em abril de 1964, que estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional, resultando na eleição do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Essa estratégia permitiu que o regime militar implementasse mudanças significativas na estrutura política do país sem assumir explicitamente sua natureza autoritária. Ao mesmo tempo, esses Atos Institucionais foram justificados como necessários para garantir a estabilidade e a segurança nacional, o que levou a uma série de medidas repressivas e controle sobre a sociedade brasileira.[42]

Outro ponto importante é a internacionalização das políticas de Estado brasileiras. De acordo com Gaspari, o governo dos Estados Unidos da América forneceu apoio financeiro e logístico aos militares brasileiros que planejavam o golpe[43]. Além disso, a embaixada norte-americana e a CIA também desempenharam um papel importante na coleta de informações sobre as movimentações de oposição a João Goulart em Minas Gerais e em outras partes do país.

O Estado americano atuava através do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, uma vez que era ele quem sustentava a ideia de que o governo de Goulart poderia levar a uma "ditadura populista e pessoal" para os militares e civis. Já o adido militar Vernon Walters, foi um símbolo de fortalecimento da relação entre os militares brasileiros e a diplomacia dos EUA.[44]

---

[41] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 450
[42] FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994. p 450
[43] GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada: as ilusões armadas. Editora Intrínseca, 2014. p. 104
[44] GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada: as ilusões armadas. Editora Intrínseca, 2014. p. 60

Segundo Martina Spohr[45], o coronel Vernon Walters executou um papel fundamental na história política do Brasil. Como adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Walters atuou como uma ponte crucial entre os militares brasileiros e o governo norte-americano. Sua experiência na Segunda Guerra Mundial, lutando ao lado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), permitiu que ele estabelecesse vínculos duradouros com oficiais brasileiros, que mais tarde se tornaram líderes importantes das Forças Armadas durante a década de 1960.

Sua nomeação para o posto de adido militar nos anos 60 foi estratégica, considerando sua familiaridade com o contexto político e militar brasileiro. A autora acrescenta que Walters teve um papel importante na articulação do apoio norte-americano ao regime militar que se estabeleceu no Brasil.[46]

Em 1998, durante uma entrevista à Folha de São Paulo[47] Vernon demonstrou que ainda mantinha sua vigilância contra o "risco comunista". Ao ser indagado sobre sua participação no golpe de 1964, ele afirmou:

> **Folha -** Falando dos seus amigos brasileiros, muitos deles se envolveram com o movimento de 64, e há quem julgue que o senhor foi também um conspirador.
> **Walters** - Nenhum amigo meu acredita isso. Eu já disse que hoje, pela lei de liberdade de informação dos EUA, vocês podem ter acesso a todos os meus telegramas secretos daquela época. Eu desafio a encontrar um que mostre que eu fui outra coisa que uma testemunha bem informada e não participante. Que lições poderia dar um coronel americano sem experiência em golpes para generais brasileiros que tinham depostos dois presidentes nos cinco anos anteriores? Francamente, é um absurdo.

Além da interferência direta de Walters, temos a controversa Operação Condor, que segundo o site Memórias da Ditadura[48], foi uma aliança secreta criada em 1975, em Santiago do Chile, com o objetivo de reprimir movimentos guerrilheiros e opositores das ditaduras militares na América Latina. Essa operação envolveu a cooperação entre as forças de segurança do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, e incluiu práticas ilegais como sequestros, trocas de informações e assassinatos de opositores no exterior.

---

[45] Spohr, Martina. "A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964." Militares e Política 9 (2011). p. 56

[46] Spohr, Martina. "A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964." Militares e Política 9 (2011). p. 56

[47] RICARDO BONALUME NETO. Militar norte-americano de atuação polêmica em 64 lembra, no Rio, os tempos em que trabalhou com a FEB: Vernon Walters ainda vê risco comunista. Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 out. 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc22109807.htm. Acesso em 25 de novembro de 2024

[48] Memórias da ditadura. Operação Condor: a integração do terror na América Latina. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/operacao-condor-a-integracao-do-terror-na-america-latina/. Acesso em 25 de novembro de 2024.

Além disso, o autor Fabiano Farias de Souza[49] acrescenta que, além da Operação Condor ter sido uma aliança secreta entre ditaduras militares da América do Sul, ela também tinha o objetivo de eliminar o comunismo e defender a sociedade ocidental e cristã.

O Brasil teve um papel ativo na influência e intervenção em países vizinhos dentro dessa operação, especialmente na repressão de opositores políticos. O governo militar brasileiro utilizou instrumentos semelhantes aos da Operação Condor para caçar opositores políticos fora do país. Nesse sentido, o Brasil foi um "laboratório" para as outras ditaduras, com as técnicas de tortura e repressão semelhantes.[50]

Além das medidas institucionais anticomunistas, a sociedade brasileira também se organizava em direção ao "perigo vermelho". Segundo Rodrigo Patto[51], durante a década de 1960, o Brasil experimentou uma segunda onda anticomunista, que resultou no surgimento de inúmeras organizações dedicadas a combater o comunismo, essas entidades desempenharam um papel crucial nas campanhas políticas.

Entre 1962 e 1964, esses grupos se multiplicaram rapidamente, com muitas dessas entidades focando-se na produção e disseminação de materiais de propaganda, incluindo cartazes, panfletos e quadrinhos anticomunistas. Algumas dessas organizações mantinham contatos internacionais com entidades como a World Anti-Communist League. No entanto, outras adotaram posturas mais radicais, incluindo o apoio ao terrorismo para combater a suposta infiltração comunista no país.[52]

Dentre esses grupos, segundo o autor, se destacam o Comité Anti-comunista do Brasil, criado em 1946, que realizava propaganda contra o comunismo de forma discreta, sem expor publicamente seus integrantes. Outro grupo notável foi a Cruzada Democrática Brasileira, que distribuiu histórias em quadrinhos e demandou apoio do governo para campanhas de divulgação.[53]

Somados a esses grupos, o Centro Brasileiro da Europa Livre também intensificou o uso de publicações sofisticadas para alertar sobre os riscos do comunismo, com apoio de

---

[49] SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 5, jan./jun. 2011. p. 163

[50] SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 11, jan./jun. 2011. p. 169

[51] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 179

[52] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 179

[53] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 p. 178

jornais. Outros grupos, como a Liga Brasileira de Defesa da Liberdade, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e o Movimento Anticomunista Nacional, também participaram ativamente da luta contra o comunismo.

Para além destes grupos civis, tivemos também o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Segundo o Memorial de Resistência do Governo do Estado de São Paulo[54], o instituto foi fundado em 1962 por empresários e militares de alta patente com o objetivo de articular o movimento que culminou no golpe de 1964. Embora inicialmente apresentado como uma entidade educacional, o IPÊS desenvolveu uma ampla campanha político-ideológica para desestabilizar o governo de João Goulart. Essa campanha incluiu o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, infiltração em movimentos populares e disseminação de propaganda anticomunista por meio de publicações, filmes e programas de TV.

O IPÊS atuou em conjunto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), outra organização anticomunista, fundada em 1959, e ambos receberam financiamento da embaixada dos EUA e de empresas multinacionais. Durante a Ditadura, membros do IPÊS ocuparam cargos estratégicos em ministérios e empresas estatais, implementando políticas que beneficiavam o empresariado. Além disso, o IPÊS financiou e organizou aparatos de vigilância e repressão, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Operação Bandeirantes. Sua sede em São Paulo funcionou em dois endereços até ser desativada em 1970[55]

Para além da propaganda e dos grupos civis, a ditadura necessitava empregar o uso da violência e da repressão para o controle de seus opositores - nesse caso os “comunistas” - para ganhar ainda mais solidez no combate à “ameaça vermelha”. Segundo Lemos[56], os Atos Institucionais, editados durante o regime militar brasileiro (1964-1985), constituíram instrumentos legais de exceção utilizados para consolidar o poder autoritário e reprimir a oposição política. Dentre esses, o autor[57] destaca três Atos Institucionais que desempenharam papel fundamental na estruturação da ditadura militar.

---

[54] Memórias da ditadura. Operação Condor: a integração do terror na América Latina. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/operacao-condor-a-integracao-do-terror-na-america-latina/. Acesso em 25 de novembro de 2024.

[55]Memórias da DITADURA. Operação Condor: a integração do terror na América Latina. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/operacao-condor-a-integracao-do-terror-na-america-latina/. Acesso em 25 de novembro de 2024.

[56] LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

[57] LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, que estabeleceu as bases para o ajuste de contas com os representantes da ordem política precedente e para o "saneamento" do cenário político nacional, caracterizando-se como uma medida de exceção que inaugurou o período autoritário.

Posteriormente, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que foi editado como resposta à crise política decorrente das eleições e cassação de mandato, militarizando a definição dos crimes políticos e transferindo sua competência para a Justiça Militar.

Já o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, representou uma intensificação da repressão política, suspendendo o direito ao habeas corpus para os acusados de crime político e ampliando os poderes do Executivo.

O autor[58] justifica que, esses Atos Institucionais, ao lado de outros dispositivos legais, correspondem ao arcabouço jurídico-institucional da ditadura militar brasileira, caracterizado pela supressão de direitos e garantias fundamentais, da mesma forma que a violação sistemática dos princípios democráticos.

Além dos Atos Institucionais, o autor acrescenta que a perseguição aos opositores políticos durante o regime militar brasileiro constituiu uma estratégia sistemática de repressão. Essa perseguição se manifestou por meio de diversas práticas repressivas, incluindo tortura e assassinato, prisões políticas, cassação de direitos políticos e exílio.

Tais práticas foram justificadas pela ideologia da "segurança nacional", contida na Doutrina de Segurança Nacional do exército, que considerava qualquer oposição ao regime como uma ameaça à estabilidade e segurança do Estado. Além disso, o autor argumenta que a perseguição aos opositores políticos esteve relacionada à internacionalização da economia brasileira e à aliança política e econômica com os Estados Unidos.[59]

A análise do autor deixa evidente que a perseguição aos opositores políticos durante o regime militar brasileiro, revela a natureza autoritária e violenta do Estado, que priorizou a repressão política em detrimento dos direitos humanos e da democracia. Essa abordagem repressiva foi fundamental para a manutenção do poder autoritário e para a eliminação da oposição política.

---

[58] LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

[59] LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

A Doutrina de Segurança Nacional não auxiliou somente os Atos Institucionais de repressão, mas também a política econômica do período. Segundo Giannasi[60] a política econômica foi definida por uma forte intervenção estatal, com o objetivo de controlar a economia e garantir a estabilidade do regime. O autor argumenta que, a partir da promulgação dos Atos Institucionais, especialmente o AI-5, o governo militar consolidou seu poder e reprimiu a oposição política, criando um ambiente favorável para a implementação de suas políticas econômicas.

Segundo o autor[61], a política econômica do regime militar foi marcada pela ideia de "fazer o bolo crescer" antes de redistribuí-lo, justificando a contenção salarial e a redução do poder de barganha dos trabalhadores. Porém, a análise do autor revela uma estreita conexão entre os Atos Institucionais e a implementação da Doutrina de Segurança Nacional.

Os Atos Institucionais forneceram o arcabouço legal para a repressão política e a concentração de poder, permitindo que o governo militar implementasse suas políticas econômicas neoliberais sem oposição[62]. Além disso, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi utilizada para justificar a repressão política e a concentração de poder, criando um círculo vicioso de autoritarismo e repressão.

Além disso, o autor destaca o vínculo entre a entrada de capital estrangeiro e a política econômica do regime militar, demonstrando como esses investimentos contribuíram para o crescimento econômico, mas também aumentaram a dependência do Brasil em relação ao capital externo.[63]

O autor descreve que, a compressão salarial e a repressão política foram utilizadas para controlar a inflação e manter a ordem social, mas também aumentaram a desigualdade social e a exploração do trabalho[64]. Esse olhar nos permite compreender como o “Milagre Econômico” da ditadura foi um modelo de crescimento que priorizou a acumulação de capital e o poder das elites econômicas, em detrimento da justiça social e da liberdade política.

No final da década de 1970, o regime militar brasileiro começou a enfrentar as consequências dessa crise política e econômica. O governo de João Figueiredo, que assumiu o

---

[60] GIANNASI, C. A. A Doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 209-212

[61]GIANNASI, C. A. A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 209-212

[62]GIANNASI, C. A. A Doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 248

[63]GIANNASI, C. A. A Doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 144

[64]GIANNASI, C. A. A Doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 144

poder em 1979, herdou uma economia em recessão e uma sociedade cada vez mais descontente com a repressão política. A crise econômica, agravada pela dívida externa e pela inflação, levou a uma diminuição do apoio popular ao regime.

Além disso, o movimento de redemocratização, que havia começado nos anos 1970, ganhou força no início dos anos 1980. A sociedade brasileira, cansada da repressão e da falta de liberdades políticas, começou a exigir mudanças. Os movimentos operários, estudantil e popular se organizaram em torno da campanha pelas "Diretas Já", que exigia eleições diretas para presidente. Embora o governo Figueiredo tenha conseguido evitar as eleições diretas, o movimento de redemocratização continuou a ganhar força.

Portanto, entendemos que o anticomunismo permeou o debate político e público do país desde o século XX até o XXI, como um “fantasma” que forneceu argumento principal para rupturas institucionais e regimes autoritários no Brasil.

1.4 O processo de Redemocratização no país e o neoliberalismo (1985-2003)

A redemocratização brasileira, iniciada na década de 1980, marcou o fim de mais de 20 anos de ditadura militar (1964-1985) e o retorno do país a um regime democrático. Esse processo foi resultado de intensas pressões da sociedade civil, movimentos sociais e setores políticos que desejavam um governo baseado em princípios democráticos e respeito aos direitos humanos.[65]

Em uma tarde de domingo de 1983, 15 mil pessoas se organizavam em frente ao Pacaembu na cidade de São Paulo, exigindo eleições diretas. Esse comício, convocado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) encorajou a oposição e fez deslanchar a campanha pelas Diretas Já!. A campanha consistia em diversos comícios, em determinadas partes do Brasil, com lideranças políticas, populares e sindicais e da música.[66]

Com menos de dois meses após o primeiro comício do Pacaembu, 300 mil pessoas tomaram as ruas da Praça da Sé em São Paulo exigindo eleições diretas. No palanque do evento, o governador Franco Montoro e os outros oito governadores do PMDB, além de Leonel Brizola, do PDT, e do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ali se consolidou à

---

[65] INSTITUTO LULA. Diretas levam milhões às ruas do país. Memorial da Democracia. Disponível em: https ://memorialdademocracia .com .br /card /diretas -levam -milhoes -as -ruas -do -pais #card -267 . Acesso em: 18 nov. 2024.

[66] INSTITUTO LULA. Diretas levam milhões às ruas do país . Memorial da Democracia. Disponível em: https ://memorialdademocracia .com .br /card /diretas -levam -milhoes -as -ruas -do -pais #card -267 . Acesso em: 25 nov. 2024

frente de partidos de oposição, sindicatos e movimentos populares pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que instituía eleições diretas para presidente em 1984.[67]

A emenda estava marcada para ser votada no dia 24 de abril do mesmo ano, e segundo o Memorial da Democracia,

> "Em 90 dias, houve atos em 28 capitais e grandes cidades, com público total de 10 milhões de pessoas. Os dois últimos comícios reuniram 1 milhão na Candelária, no Rio, em 10 de abril, e 1,5 milhão no vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16."[68]

Segundo a Câmara dos Deputados, a emenda foi votada e por apenas 22 votos contrários foi rejeitada[69]. A base do governo militar na Câmara, representada pelo Partido Democrático Social (PDS), boicotou a sessão, e 113 deputados, a maioria da sigla, não apareceu para votar. A eleição para o primeiro presidente civil, então, seria feita de forma indireta. O partido que representava o regime militar, o PDS, apresentou como candidato Paulo Maluf, e o partido de oposição então chamado MDB apresentou o mineiro Tancredo Neves.

Após 21 anos, o regime ditatorial chegava ao fim com a eleição vitoriosa de Tancredo Neves e seu vice José Sarney, os primeiros presidentes civis desde o golpe, e também se iniciava a transição do regime, que segundo Boris Fausto, por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chega ao poder.

Apesar de Tancredo não assumir o cargo devido à sua morte, a posse de José Sarney marcou simbolicamente o início do governo civil e fim da ditadura. Esse momento representou uma virada significativa, pois o poder estava agora nas mãos de um governo civil, encerrando formalmente a ditadura. Além disso, Sarney herdou o desafio de implementar reformas para fortalecer as instituições democráticas e controlar a inflação que assolava o país[70].

---

[67]INSTITUTO LULA. Diretas levam milhões às ruas do país . Memorial da Democracia. Disponível em: https ://memorialdademocracia .com .br /card /diretas -levam -milhoes -as -ruas -do -pais #card -267 . Acesso em: 25 nov. 2024.

[68] INSTITUTO LULA. Diretas levam milhões às ruas do país . Memorial da Democracia. Disponível em: https ://memorialdademocracia .com .br /card /diretas -levam -milhoes -as -ruas -do -pais #card -267 . Acesso em: 25 nov. 2024.

[69] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diretas já: Colhidas da emenda Dante de Oliveira marca a história do país . Rádio Câmara. Disponível em: https ://www .camara .leg .br /radio /programas /431737 -direitas -ja -rejeicao -da -emenda -dante -de -oliveira -marca -a -historia -do -pais/ . Acesso em: 25 nov. 2024

[70] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Inflação do governo Sarney mês a mês . Atlas Histórico Brasileiro. Disponível em: https ://atlas .fgv .br /marcos /governo -jose -sarney -1985 -1990 /mapas /inflacao -do -governo -sarney -mes -mes . Acesso em: 25 nov. 2024.

Quando Sarney assumiu, uma de suas tentativas para melhorar o país, foi o plano econômico “Plano Cruzado”, que congelou os preços e os salários, e mudava o nome do dinheiro de cruzeiro para cruzado, contudo, ao emitir moeda sem lastro, o governo deu a ligeira impressão de que o país estava seguindo na direção certa. Nesse sentido, contrariando a própria regra, o governo aumentou as tarifas públicas após as eleições para prefeitos nas capitais, em que a maioria dos eleitos foi do PMDB. Esse aumento nas tarifas provocou uma explosão de preços e, como consequência, o colapso do Plano Cruzado.

Em uma atmosfera de necessidade de desvinculação ao regime ditatorial, surge um novo rosto para a presidência da república, o ex -governador de Alagoas Fernando Collor de Mello. Concorrendo à presidência com o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, Collor se tornou o primeiro presidente civil eleito pelo voto popular após o regime militar. Collor era a representação do novo, do jovem e do único que poderia salvar o Brasil da inflação, e logo que se tornou chefe do executivo, implementou sua política econômica, que segundo Carvalho[71] tinha o nome de Plano Brasil Novo, que quase nunca foi utilizado. Plano Collor foi o nome que prevaleceu, mas no geral designando apenas o bloqueio das aplicações financeiras.

Segundo Corrêa[72], mesmo com outros fatores, sobretudo o econômico, o prenúncio de um dos pilares da queda de Collor é o seu isolacionismo e a personificação na figura do Presidente. Esse personalismo fica evidente no dia seguinte à posse, dia 16 de março de 1990, na primeira reunião ministerial que foi televisionada para todo o Brasil. Na introdução do discurso, Collor conclama "o povo elegeu, ao Congresso Nacional e a mim”[73], ao contrário do que se faz de praxe, como estender legitimidade à equipe de governo. Neste mesmo discurso, ao ser questionado sobre a indicação de sua assessora e prima Zélia Cardoso de Mello ao Ministério da Fazenda, diante de uma crítica fundamentada superficialmente da suposta inexperiência da Ministra e mais profundamente, do patriarcado, Collor responde: “O Ministro da Economia, conforme já coloquei, serei EU”.

O autor argumenta que a análise da gestão de Fernando Collor como Presidente da República revela que sua autoimagem como líder messiânico e predestinado o levou a adotar uma postura governamental similar à sua campanha eleitoral, marcada por personalismo,

---

[71]CARVALHO, Carlos Eduardo. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia Política, v. 11, n. 1 (17), 2000.

[72]CORRÊA, Andrey Lucas Macedo. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019.

[73] Entrevista coletiva do Plano Collor - 16/03/1990. YouTube, 16 de março de 1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WYDPXUxOouQ . Acesso em: 25 nov. 2024.

autoritarismo e uma forte imagem pessoal. No entanto, essa abordagem não se adequava ao novo contexto pós-eleitoral, onde o racionalismo liberal predominava e exigia uma abordagem mais objetiva e menos emocional.

Durante a reunião ministerial citada, Fernando Collor apresentou seu plano econômico, conhecido como Plano Collor, com o objetivo de combater a inflação alta que assolava o país na época. Ele afirmou ter apenas "uma bala" para enfrentar esse "tigre" da inflação. O plano incluía medidas como estipulação de novas penas para crimes de abuso econômico, tributação de fortunas e rendimentos, criação do cruzeiro e congelamento de preços, contrariando sua plataforma de campanha. Além disso, previa reforma administrativa e medidas cambiais[74].

Essas medidas foram tomadas por meio de Medidas Provisórias, demonstrando ainda mais o caráter autoritário do governo. A medida mais polêmica, foi o confisco das poupanças. O anúncio foi feito pela Ministra da Economia e não por Collor, o que deixa evidente o caráter institucional que o presidente gostaria que fosse passado para a população, retirando o rosto de Collor da medida[75]. Além disso, o autor descreve,

> "Em um primeiro momento, sobretudo nos quatro meses que se seguiram ao anúncio do Plano Collor, houve uma estabilização da economia maior do que nos períodos anteriores, o que serviu de respiro a Collor, que, assim, transformou seus primeiros meses de governo em um espetáculo midiático." [76]

Em maio de 1992, o irmão de Collor, Pedro Collor, fez denúncias graves contra o presidente, acusando-o de manter uma sociedade com PC Farias, um conhecido empresário. Essas acusações rapidamente ganharam atenção nacional e internacional, levando a uma investigação federal e a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).[77]

Collor tentou se defender, pedindo desculpas à nação e negando as acusações, mas as evidências contra ele foram se acumulando e a relação com o congresso continuava estremecida. O relatório da CPI, concluído três meses depois, apontou Collor como responsável pelo "Esquema PC Farias", uma rede de corrupção em contratos públicos.

---

[74] CORRÊA, Andrey Lucas Macedo. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019. p.72

[75] CORRÊA, Andrey Lucas Macedo. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019. p. 74

[76] CORRÊA, Andrey Lucas Macedo. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019. p. 74

[77] CORRÊA, Andrey Lucas Macedo. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019. p. 88

Ele alegou que era vítima de uma conspiração, mas não conseguiu impedir a investigação da CPI. Esse cenário culminou no impeachment de Collor, que foi afastado do cargo. Seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência e nomeou Fernando Henrique Cardoso, um experiente político e ex-ministro de Relações Exteriores de Collor, como ministro da Fazenda.[78]

Fernando Henrique Cardoso reuniu uma equipe de economistas, incluindo Gustavo Franco, Pedro Malan e Pedro Rezende. Juntos, eles vislumbraram um cenário político favorável para implementar um plano econômico que combatesse a inflação, que havia atormentado o país por 20 anos, o "Plano Real,

> "Seria um plano que atacaria em várias frentes e teria duração de longo prazo, até que em 1994 surge então o PLANO REAL, que dura até hoje. "O plano Real assentou um marco na economia brasileira. Foi o ano de 1994. Conseguiu resolver pendência que se arrastava há tenebrosos 20 anos, de sucessivos desastres, de ansiosas esperanças populares que nasciam e morriam prematuras." (BRASIL 2012)." [79]

. Após o mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República, marcando o início de uma nova era de relacionamento com a sociedade civil. Como sociólogo, professor universitário e habilidoso negociador, Fernando Henrique conseguiu aprovar medidas econômicas cruciais para combater a inflação e a estagnação econômica.[80]

Porém, o neoliberalismo que havia começado com Collor, mas por ter sido impedido da presidência não houve continuidade, foi com FHC que se consolidou. Isso se deu no Brasil por meio de uma série de medidas que visavam reduzir o papel do Estado na economia e aumentar a participação do setor privado. Uma dessas medidas foi a privatização de empresas estatais.[81]

Além da privatização de estatais, o autor acrescenta ainda alguns outros motivos para enquadrar FHC em um governo neoliberal,

> I) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores. 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica, tentam abrir espaço para 0 mercado, diminuindo o papel do Estado. 3) Sofremos de "executivismo": nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas

---

[78] FRANZOI, Luiz Carlos; DE MORAIS, Marcos Cesar Porfirio. Redemocratização do Brasil. JICEX, v. 4, n. 4, 2014. p. 4
[79] FRANZOI, Luiz Carlos; DE MORAIS, Marcos Cesar Porfirio. Redemocratização do Brasil. JICEX, v. 4, n. 4, 2014. p. 4
[80] FRANZOI, Luiz Carlos; DE MORAIS, Marcos Cesar Porfirio. Redemocratização do Brasil. JICEX, v. 4, n. 4, 2014. p. 4
[81] DE OLIVEIRA NEGRÃO, João José. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas sociais, n. 1, p. 103-112, 1996. p. 3

> provisórias ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados destaques de votação em separado. 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres. 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, é uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo. 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os "consumidores" podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coréia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais.

Segundo a autora Elaine Behring, os governos de Fernando Henrique Cardoso, não buscaram estabelecer diálogos e negociações com diferentes setores da sociedade, escolhendo por reformas constitucionais no Congresso Nacional, que estava fragmentado, ou por meio de medidas provisórias. Essa abordagem tecnocrática e "decretista" contou com a aceitação de um Congresso submisso ou pragmático, que manteve essa postura ao longo do período de redemocratização do país.[82]

Mesmo antes da aprovação das "reformas constitucionais", o governo FHC utilizou de forma abusiva medidas provisórias, expedientes desrespeitosos com os sujeitos envolvidos em determinadas políticas, cortes de recursos (privatização induzida) e corrupção do poder legislativo. Um exemplo claro disso foi a votação da emenda constitucional sobre a reeleição, fundamental para esse projeto societário, que se repetiu em todos os governos e veio à tona nos casos de corrupção conhecidos como "mensalões", "mensalinhos" e outros.[83]

A autora argumenta também que, no final, a "reforma" teve um impacto quase nulo em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e a alta repentina da dívida pública. Além disso, houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Isso ocorreu em um contexto de crescimento da demanda social, aumento do desemprego e da pobreza, agravados pela macroeconomia do Plano Real, especialmente após 1999.

A popularidade de FHC vinha caindo exponencialmente, porém, é com a crise cambial e o apagão nacional que isso se aprofunda ainda mais. Em duas reportagens da Folha de São Paulo, do dia 01 de julho de 2001, o jornal estampa "Crise do apagão influencia voto

---

[82] BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. p. 7

[83] BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. p. 7

de 55% dos eleitores”[84] e “GOVERNO NO ESCURO. Queda da popularidade do presidente ainda não chegou ao ponto mais baixo, alcançado em 1999. Crise cambial afetou FHC mais que apagão.

Segundo o Memorial da Democracia,

> “Era grande a insatisfação com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sua popularidade caíra fortemente após a reeleição, com a desvalorização do real nos primeiros dias do segundo mandato, em 1999, e despencara com a crise do apagão elétrico, em 2001. A economia brasileira também enfrentava uma situação de vulnerabilidade: a inflação voltara a subir, o desemprego era alto e o crescimento, baixo.”

Segundo o autor Rubens Figueiredo Ciro Coutinho, a insatisfação com o governo FHC foi refletida na opinião pública, com 52% dos entrevistados dizendo que não votariam em um candidato que representasse a continuidade da política de FHC. No entanto, é importante notar que a vontade de mudança em 2002 era diferente daquela que existia em 1989, quando o país enfrentava uma grave crise econômica e política.[85]

Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência da República em 01 de Janeiro de 2003. Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições presidenciais, se tornando o primeiro trabalhador a chegar à Presidência da República.[86]

2. MOVIMENTO BRASIL LIVRE

2.1 Governo do Partido dos Trabalhadores, Lula (2002-2010)

O advento do Movimento Brasil Livre (MBL) está intrinsecamente articulado ao contexto político e econômico iniciado nos governos Lula (2003-2010) e continuado nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016). Ao vencer as eleições e emergir como o representante da nação, Lula fomentou expectativas de que um governo do Partido dos Trabalhadores (PT) seria capaz de reverter o quadro de profundas desigualdades sociais através de reformas estruturais e eficientes, capazes de frear o avanço do neoliberalismo em nosso país, porém, tais expectativas se frustraram nos últimos anos.[87]

---

[84] FOLHA DE S.PAULO. Crise do apagão influência voto de 55% dos candidatos . Folha de S.Paulo, 1º jul. 2001. Disponível em: https ://www1 .folha .uol .com .br /fsp /brasil /fc0107200110 .htm . Acesso em: 25 nov. 2024.

[85] FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. Opinião pública, v. 9, p. 93-117, 2003. p. 3

[86] MEMORIAL DA DEMOCRACIA. O primeiro trabalhador chega à Presidência . Disponível em: https ://memorialdademocracia .com .br /card /o -primeiro -trabalhador -chega -a -presidencia #card -159 . Acesso em: 25 nov. 2024.

[87] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 15-16

Ao assumir o poder, o PT já se mostrava como um partido pró-capital, que se desvinculou dos ideais que o acompanham, em nome da governabilidade. Tal "abandono" foi resultado de um processo de transformismo executado no interior do partido, que além de conduzir um conjunto de alianças e concessões que o garantisse como uma alternativa viável a burguesia e ao imperialismo, também deu continuidade à política macroeconômica e a prevenção das lutas populares que ameaçam a ordem.[88]

Essa prevenção das lutas populares se deu por meio de políticas de combate à miséria, a seletividade e focalização de ações nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, como programas de transferência de renda (Bolsa Família), expansão de crédito e aumento do salário mínimo, que possibilitou uma melhoria nas condições materiais de vida dos indivíduos mais pobres. Porém, tais medidas caminham paralelamente ao desmonte de outras políticas do sistema de proteção social, como da Saúde e Previdência Social, o que forneceu aos governos de Lula estabilidade política. [89]

Essa estabilidade foi alcançada graças a um pacto social que contou com o apoio do grande capital financeiro, do consenso passivo das classes subalternas, justamente por meio das políticas compensatórias.[90] Nesse sentido, o autor Armando Boito Jr descreve as medidas que materializam esse aprofundamento do neoliberalismo,

> "..manteve a política de juros elevados, aumentou consideravelmente a meta de superávit primário, encaminhou ao Congresso Nacional uma nova reforma neoliberal da previdência e uma reforma tributária que mantém intocado o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, planeja aumentar a presença do capital privado nas áreas de energia e transportes, estuda maneiras de aprovar a autonomia do Banco Central e faz sondagens para verificar a viabilidade de cobrança do ensino público superior.."[91]

Dentro desse cenário de pacto social, apoiados por um amplo leque de partidos e por diferentes grupos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o PT conseguiu o feito de se

---

[88] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 15-16

[89] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 16-18

[90] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 16-18

[91] BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica marxista, v. 17, p. 10-36, 2003. p. 1

legitimar entre “gregos” e “troianos”, pacificando politicamente o país, pelo menos até os dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma[92].

Articulando um jogo político inédito na história do país, o PT consegue atender a todos, tanto as necessidades imediatas das classes subalternas, como as demandas de todos os setores da burguesia nacional, que passaram a financiar as campanhas eleitorais dos mandatos do partido[93].

Segundo o autor André Singer[94], no segundo mandato de Lula, com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, houve uma leve mudança na direção, combinando menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo. Políticas como a valorização do salário mínimo, a redução de juros e a exibição de gastos públicos geraram a criação de empregos formais, que cresceram quase 40% em relação ao primeiro mandato. Além disso, o aumento do crédito consignado e do poder de compra pelos trabalhadores ampliou o combate à pobreza, indo além das transferências de renda.

Porém, no segundo mandato o governo se afastou dos movimentos de massa que deram sustentação na eleição de 2002, e que foram fundamentais para que as políticas se direcionassem sobre os estratos da classe trabalhadora não organizadas e duramente precarizadas[95] É nessa conjuntura que Lula se retira da presidência da república com recorde de popularidade e aprovação, 87%[96].

Com a saída de Lula nessas circunstâncias, a eleição de Dilma Rousseff se concretiza para a continuidade dos planos do PT, demonstrando a vigência do realinhamento eleitoral operado pelo lulismo. Além da popularidade de Lula, há outro fator decisivo na eleição de Dilma. A presidente teve ampla vantagem no Nordeste, região com maior número de beneficiários de programas de transferência de renda. Dos 12 milhões de votos de diferença entre Dilma e Serra no segundo turno, 11 milhões vieram dessa região[97].

---

[92] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 19-22

[93] FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os governos petistas e a conciliação de classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social , Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997. p. 19-22

[94] SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto con-servador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012. p. 125-168

[95] SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto con-servador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012. p. 125-168

[96] G1. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. G1 , 23 dez. 2010. Disponível em: https ://g1 .globo .com /politica /noticia /2010 /12 /popularidade -de -lula -bate -recorde -e -chega -87 -diz -ibope .html . Acesso em: 18 nov. 2024.

[97] SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto con-servador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012. p. 125-168

AGÊNCIA BRASIL. Dilma vence no Norte e no Nordeste; Aécio vence nas outras três regiões . Agência Brasil,

2.2 Governo do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff (2011-2016)

A presidência de Dilma Rousseff, que teve início em janeiro de 2011, foi evidentemente marcada pela continuidade das políticas econômicas adotadas no final do governo Lula, especialmente em relação às medidas tomadas para enfrentar a crise financeira global de 2008. [98]

Durante a primeira fase da crise que se agravou após a falência do banco Lehman Brothers, o governo Lula implementou uma série de ações de estímulo à produção e ao consumo interno. Segundo Felipe Queiroz[99], o governo federal adotou uma tríade de políticas que visavam manter a demanda agregada em alta: flexibilização fiscal, política monetária expansiva e o aumento dos investimentos públicos. Tais medidas foram fundamentais para sustentar a economia brasileira, que, apesar de sentir os impactos da crise, foi capaz de resistir de forma mais eficaz do que as economias de países centrais.

Ao assumir o poder, Dilma continuou a adotar a mesma receita econômica do governo anterior, utilizando essas medidas como base para tentar mitigar os efeitos da crise financeira internacional e evitar que o Brasil fosse arrastado por essa crise mais profunda e prolongada, mantendo uma política econômica expansionista.[100]

O conjunto de ações adotadas pela presidente, que ficou conhecido como a "nova matriz econômica", foi composto por uma série de medidas voltadas para sustentar a demanda interna e proteger o mercado doméstico dos choques externos. As medidas são divididas em quatro frentes principais: a política monetária expansiva, a sustentação da oferta de crédito, a sustentação dos investimentos públicos e o estímulo à produção industrial. A "nova matriz econômica", conforme proposta pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, visava ampliar o papel do Estado na economia, oferecendo maior flexibilidade fiscal e alinhamento entre o Ministério e o Banco Central.

---

27 out. 2014. Disponível em: https ://agenciabrasil .ebc .com .br /politica /noticia /2014 -10 /dilma -vence -no -norte -e -no -nordeste -aecio -ganha -nas -outras -tres -regioes . Acesso em: 25 nov. 2024.

[98] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p. 143

[99] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p. 142

[100] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p. 143

No entanto, a adoção dessa política econômica se mostrou insustentável a longo prazo, dado o agravamento da crise externa e os desafios internos. Ao contrário de consolidar o crescimento, a estratégia acabou gerando tensões, tanto na econômica quanto nas bases políticas e sociais que sustentavam o governo.

Para Singer[101], essa "nova matriz econômica" lança um confronto direto com a fração rentista burguesa, sobretudo os banqueiros, na redução das taxas de juros, "Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro.", o autor segue argumentando que "a diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem, emanada do topo do poder Executivo. Transmitido por funcionário de alta gradação, o recado não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro."[102]

Embora tais confrontos estivessem em latência, elas se tornaram mais evidentes à medida que as políticas econômicas adotadas pelo governo alteraram o equilíbrio de forças entre as frações de poder - burguesia industrial e a burguesia financeira -. Inicialmente, o governo apoiava a fração industrial, focando na manutenção da produção e do emprego. Isso foi possível graças ao alinhamento entre Fazenda e Banco Central, à alta popularidade da presidente e ao apoio dos bancos públicos.[103]

No entanto, a partir de 2013, a conjuntura política começou a mudar. Pressões inflacionárias e o baixo crescimento do PIB, somadas às manifestações de junho de 2013, começaram a afetar o cenário político. A fração industrial, antes beneficiada pelas políticas do governo, passou a se opor a essas medidas, criticando o "ativismo estatal" e a carga tributária. Tal realinhamento da burguesia industrial foi impulsionado pelo medo de uma possível política que exigisse sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico, o que gerou um movimento pendular em direção a oposição.[104]

É nesse contexto que os protestos de junho de 2013 ajudam a fortalecer o discurso neoliberal ortodoxo, que condenava a intervenção estatal na economia. Esse movimento

---

[101] SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n.97, nov. 2013, p. 36

[102] SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n.97, nov. 2013, p. 51

[103] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p 10

[104] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p 10

conseguiu se aproveitar da natureza polissêmica das manifestações, para promover suas próprias pautas, distantes das demandas iniciais dos trabalhadores.[105]

2.3 As Jornadas de Junho de 2013: O ponto de inflexão sociopolítica

As manifestações que hoje conhecemos, como as Jornadas de Junho de 2013, começaram com o protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL), cujo objetivo era contestar o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo. No entanto, segundo Gilberto Calil[106], a repressão policial aos manifestantes e a cobertura da mídia tradicional acabam despertando uma reação popular que deu um novo significado ao movimento. Com isso, as reivindicações se ampliaram, indo além do transporte público para abarcar questões como saúde, educação, segurança, e uma crítica mais abrangente às desigualdades sociais e aos limites da democracia liberal.

Calil[107] destaca que o contexto internacional também exerceu influência no desencadeamento das jornadas. Em um momento de crise global do capitalismo, marcado por cortes nos direitos sociais, reconfigurações democráticas restritivas e a precarização das condições de trabalho, movimentos de resistência surgiram em diversos países, como os indignados na Espanha e as mobilizações contra a austeridade na Grécia e em Portugal.

Embora o Brasil não tenha sido diretamente afetado pela crise econômica global de 2008 como os países europeus, questões estruturais como a violência policial, o colapso dos serviços públicos e a desigualdade social criaram as condições para a explosão das manifestações.

Em sua principal obra, Marx[108] descreve como as crises do capital são resultado da exploração do trabalhador, da busca incessante pelo lucro, concentração de capital, da concorrência e como consequência, da lei de tendência à queda da taxa de lucro, que geram recessão, desemprego e mais pobreza. Marx expõe que essas crises são inerentes ao capitalismo, evidenciando ainda mais suas contradições e deixando fissuras sociais.

---

[105] QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018. p 11

[106] CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho . Projeto História, São Paulo, n. 47,. 2013. p. 383

[107] CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho . Projeto História, São Paulo, n. 47, pág. 380-391. 2013. p. 400

[108] MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I – O Processo de Produção do Capital . Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Alinhando o entendimento de crises para Marx, precisamos destacar também o que Gilberto Calil[109] argumenta sobre o papel da juventude nas jornadas. A insatisfação com a falta de perspectivas, aliada às condições precárias de trabalho e ao sucateamento dos direitos sociais, contribuíram para que os jovens desempenhassem um papel central no movimento.

Além disso, a reação popular às formas de repressão policial evidenciou a insatisfação com as características repressivas e limitantes da democracia liberal no Brasil, um fenômeno que dialoga com tendências globais observadas em outros países.

No caso brasileiro, segundo o autor, a "anestesia do conformismo", promovida pelo condicionamento midiático, normalmente mantinha essas insatisfações sob controle. Contudo, quando as demandas populares, antes invisibilizadas, encontraram espaço no debate público, as manifestações tomaram uma dimensão rápida e avassaladora, revelando o alto potencial explosivo das frustrações acumuladas.

Por outro lado, Calil deixa claro que, o vácuo deixado pela crise de representatividade também abriu espaço para o fortalecimento de movimentos conservadores e reacionários. Nesse sentido, a insatisfação com as instituições democráticas foi integrada por setores que passaram a criticar não apenas a corrupção e a ineficiência do Estado, mas também os princípios fundamentais dos direitos humanos e sociais. Essa dinâmica revelou uma tensão crescente entre visões de mundo incompatíveis, contribuindo para a polarização política.

Já nas primeiras grandes manifestações, era possível destacar que 1) a multidão já apresentava características heterogêneas; 2) havia mistura de grupos políticos com simpatizantes; 3) a maioria dos manifestantes não queriam conflito, mas havia uma menor parte mais agressiva que usava a prática Black Bloc; 4) os acordos de trajetória feitos com a polícia não foram cumpridos, possivelmente pela falta de unidade de liderança – muitos se diziam líderes.[110]

Conforme analisado por Plínio de Arruda Sampaio Júnior[111], essas mobilizações sinalizaram a falência do sistema de representação tradicional, deslocando a luta de classes para as ruas. Esse movimento foi protagonizado por uma juventude insatisfeita, que se organiza fora dos partidos políticos tradicionais, desafiando as estruturas formais de poder.

---

[109] CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho . Projeto História, São Paulo, n. 47. 2013. p. 394

[110] WAINER, João. Junho: O Mês que Abalou o Brasil. Disponível em:https://www.primevideo.com/-/pt/detail/Junho---O-M%C3%AAs-que-Abalou-o-Brasil/0MRX7ERCZ76NI28V40K59U2Q1B . Acesso em: 21 de novembro de 2024.

[111] SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. As Jornadas de Junho e a Nova Luta de Aulas no Brasil . Artigo preparado para a Revista Interesse Nacional, setembro de 2013. Disponível em: www .correiocidadania .com .br - Acessado em 22 de novembro de 2024.

Um dos fatores que desenvolveram para essa limitação foi a atuação da grande mídia, descrita por Sampaio Júnior como uma "força da ordem". Este desempenhou um papel central na tentativa de domesticar as manifestações, diluindo seu caráter de classe e direcionando-as para reivindicações moralistas e nacionalistas. A estratégia incluía uma divisão entre manifestantes "pacíficos" e "violentos" e a marginalização das organizações de esquerda, o que reforçava a polarização entre progressistas e conservadores.[112]

Paralelo às Jornadas de Junho, outro acontecimento solidificou essa marginalização das organizações de esquerda. A operação Lava a Jato, que teve início a partir de investigações sobre um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empresas privadas e políticas de diversos partidos, foi inicialmente liderada pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, sob a cooperação do então juiz Sérgio Moro, em março de 2014.[113]

Seu impacto se estendeu além das esferas jurídicas, afetando diretamente o cenário político e econômico do país, sendo um dos principais fatores que desenvolveram para a ascensão de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e a intensificação das tensões que culminaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016).[114]

A Lava Jato, ao investigar figuras políticas de alto escalonamento e empresários, gerou um processo de judicialização da política que envolveu não apenas a punição de corruptos, mas também uma narrativa ideológica em que a operação foi apresentada como um agente moralizador capaz de combater a corrupção sistêmica e restabelecer a ordem política e social. Segundo autores como Bello, Capela e Keller[115], esta operação foi apresentada como uma solução moralizante para o país, sendo associada à ideia de "limpeza" do sistema político, algo que ressoou amplamente na sociedade brasileira, principalmente entre as classes médias urbanas.

Em meio a esse contexto de crise, das Jornadas de Junho a Operação Lava a Jato, o anticomunismo que outrora se apresentava como contrário a URSS, atualmente se transfigura de antipetismo. Segundo Rodrigo Patto, é evidente que haja diferenças claras entre ambos.

> "O Foro de SP e os bolivarianos ocuparam o lugar da URSS no quesito perigo estrangeiro, não obstante Cuba e Fidel sigam relevantes no discurso de direita. As referências à Intentona Comunista (1935) praticamente

---

[112] SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *As Jornadas de Junho e a Nova Luta de Aulas no Brasil* . Artigo preparado para a Revista Interesse Nacional, setembro de 2013. Disponível em: www .correiocidadania .com .br - Acessado em 22 de novembro de 2024.

[113] BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, René José. "A Operação Lava Jato e seus Efeitos Sociais". Revista de Direito e Práxis , 2021. p. 3

[114] BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, René José. "A Operação Lava Jato e seus Efeitos Sociais". Revista de Direito e Práxis , 2021. p. 3

[115] BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, René José. "A Operação Lava Jato e seus Efeitos Sociais". Revista de Direito e Práxis , 2021. p. 29

> sumiram, assim como mudaram as lideranças de esquerda que são alvo dos ataques, com Lula assumindo o lugar de proeminência, posição ocupada antes por Luiz Carlos Prestes”[116]

Segundo o autor, além das acusações de corrupção, o Partido dos Trabalhadores também é inserido em outras facetas das denúncias.

> “Um tema novo também, pelo menos na intensidade com que é referido nos discursos de direita é a (in) segurança e o medo do crime comum. O PT é execrado devido à acusação de ter contribuído para o aumento de insegurança, o que aumenta em muitos casos a nostalgia pela ditadura militar, quando, segundo seus defensores, o país esteve à salvo do comunismo e do crime comum”[117]

Além das denúncias, intelectuais da direita passaram a associar o petismo como a última encarnação do "perigo comunista", surgindo, então, o termo cunhado pelo próprio autor: "comunopetismo". Esta manifestação pode ser entendida como uma "industrialização do perigo vermelho", uma apropriação do tema que mistura oportunismo e convicções políticas, onde os grupos de direita, embora tenham efeitos anticomunistas e antipetistas, utilizam esse discurso de forma instrumental e estratégica. A manipulação principal desses grupos consiste em exagerar uma "ameaça" de forma desproporcional, criando um medo exagerado sobre a força e os projetos reais da esquerda.[118]

Ainda segundo o autor, entre os objetivos dessa estratégia, destacam-se dois pontos centrais. O primeiro é que o pânico gerado pelo "perigo vermelho" facilita a formação de frentes de direita, unindo diferentes tendências desse espectro político, com base na sensação de ameaça vinda do lado oposto do espectro político. O segundo ponto é que a amplificação da ameaça vermelha permite que os grupos de direita ataquem qualquer política voltada para a esquerda, deslegitimando até mesmo as mais moderadas, com a intenção de enfraquecer a totalidade dos projetos progressistas.[119]

Nesse contexto, uma mobilização antiesquerdista também serve para defender pautas conservadoras no campo social e moral, bem como para fortalecer as políticas neoliberais, refletindo o repúdio das elites econômicas, políticas e judiciárias a políticas que favorecem a ascensão social das camadas marginalizadas, especialmente os pobres e negros.[120]

---

[116]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda, 2019. p. 13

[117]MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda, 2019. p. 19

[118] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda, 2019. p. 20

[119] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda, 2019. p. 20

[120] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda, 2019. p. 20

Portanto, entendemos ser uma crise multifacetada, que envolveu o governo Dilma Rousseff, a manipulação midiática das manifestações populares e o fortalecimento de um discurso ortodoxo neoliberal que ajudaram a criar as condições ideológicas e políticas para o surgimento de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL). Esses movimentos se beneficiaram da polarização política e do medo amplificado do "perigo vermelho", alavancando a oposição ao governo petista e às suas políticas econômicas e sociais, o que culminou no processo de impeachment de Dilma em 2016 e na ascensão do conservadorismo no Brasil.

2.4 Think Tanks e o Movimento Brasil Livre

Ao iniciarmos a descrição do grupo Movimento Brasil Livre (MBL), é necessário apresentar uma explicação conceitual sobre os *think tanks.* Segundo a autora Denise Barbosa Gros[121], *think tanks* são institutos privados de pesquisa que estão inseridos no processo de formulação de políticas públicas, com a presença marcante nos Estados Unidos e na Inglaterra desde a década de 1940.

Tais grupos produzem conhecimento sobre temas sujeitos à regulamentação pública e, principalmente, formulam projetos de políticas públicas orientados pela doutrina do liberalismo. Financiados por doações de grandes empresas, os *think tanks* mantêm equipes técnicas altamente comprometidas que produzem publicações e participam de debates no meio acadêmico, na mídia e em órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos.[122]

Segundo a autora, nos últimos 30 anos, a rede de *think tanks* conservadoras nos Estados Unidos formulou críticas ao Estado de Bem-Estar Social e às políticas sociais, contribuindo não apenas para a vitória de Ronald Reagan no final da década de 1970, mas também para a definição de políticas públicas conservadoras em áreas como educação, previdência social e direitos das minorias étnicas. Na Inglaterra, aconteceu um processo semelhante à atuação de *think tanks* alinhados à Nova Direita, que se desenvolveu para a vitória de Margaret Thatcher e para o desmonte do Estado de Bem-Estar Social no país.[123]

Denise argumenta que a manutenção desse movimento foi viabilizada pela disposição de grandes empresas em financiar essa rede de *think tanks*, seus estudos e publicações.

---

[121] GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaios FEE, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. p. 4
[122] GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaios FEE, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. p. 4
[123] GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaios FEE, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. p. 5

Sobretudo, a existência dessas redes foi fundamental para a consolidação do neoliberalismo como política alternativa, e para a internacionalização do movimento na década de 1980.[124]

Segundo Juliana Hauck, no Brasil teremos as primeiras *think tanks* na metade do século XX. A autora aborda a criação e o desenvolvimento de instituições no Brasil que, ao longo de suas trajetórias, assumem tais características de *think tanks*. O INEP , fundado em 1937, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), criada em 1944, são apresentados como exemplos de organizações externas à produção de conhecimento e à formulação de políticas públicas.[125]

O INEP, desde a sua fundação, desenvolveu atividades típicas de *think tanks*, como pesquisas e suporte técnico, embora também atue como agência governamental, regulando normas e divulgando informações educacionais. Já a FGV, inicialmente vinculada ao governo Vargas, evoluiu para influenciar políticas públicas de forma independente, sendo reconhecida internacionalmente como o *think tank* mais relevante do Brasil em rankings globais.[126]

É dentro deste contexto de crises do capital, ascensão das *think tanks*, rompimento do tecido social brasileiro, e do neoliberalismo se consolidando nos espaços da política de Estado, que emerge o Movimento Brasil Livre (MBL). Durante a campanha presidencial de 2014, um grupo de jovens de São Paulo iniciou, por meio da internet e das redes sociais, uma mobilização para apoiar a candidatura de Aécio Neves (PSDB), representante da oposição. O objetivo central do grupo era promover o fim do que chamavam de “Era Lulopetista” e defender a moralização da política. Apesar da intensa articulação, a petista Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno, conquistando 51,6% dos votos, contra 48,3% obtidos por Aécio Neves.[127]

A apertada vitória de Dilma Rousseff em 2014 revelou ainda mais a polarização política, e impulsionou movimentos da direita a organizarem protestos pelo seu afastamento. O primeiro ocorreu em 1º de novembro de 2014, uma semana após as eleições, e ganhou força nos meses seguintes, resultando no seu impeachment em 31 de agosto de 2016. O

---

[124] GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaios FEE, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. p. 5

[125] HAUCK, Juliana C. Rosa. *Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil* . Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2015. p. 77

[126] Disponivel em: https://dint.fgv.br/think-tank#:~:text=Pelo%2012%C2%BA%20ano%20consecutivo%2C%20a,no%20mundo%20pela%20comunidade%20internacional. Acessado: 23 de Novembro de 2024.
HAUCK, Juliana C. Rosa. *Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil* . Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2015. p. 177

[127] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 86

episódio marcou a ascensão do conservadorismo e o fortalecimento de uma "nova direita" no Brasil.[128]

Os movimentos da "Nova Direita" ganharam força após o recuo da esquerda, evidenciado pelas limitações do Movimento Passe Livre (MPL) em junho de 2013, e pelos limites do projeto neoliberal petista. Nesse contexto, setores à direita aproveitaram o espaço para disputar a hegemonia política, se destacando pelo uso dos protestos de rua como principal estratégia. Em 15 de novembro de 2014, reuniram 10 mil pessoas na Avenida Paulista. Impulsionado pela operação Lava-Jato, o protesto teve como foco o combate à corrupção, com slogans como "Lula, pai do Mensalão" e "Dilma, mãe do Petrolão", além de manifestações de apoio ao juiz Sérgio Moro, à operação Lava-Jato e pedidos de afastamento de Dilma Rousseff.[129]

O MBL surgiu como uma página no Facebook em 17 de junho de 2013, durante os protestos que marcaram uma virada no levante popular daquele ano. Segundo Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade (EPL), o MBL foi criado como uma marca do EPL para atuar nos protestos de rua sem comprometer as organizações americanas vinculadas ao grupo, devido a restrições legais da legislação fiscal dos Estados Unidos (IRS).[130]

O primeiro ato convocado pelo MBL ocorreu em 20 de junho de 2013, em Natal (RN), com o tema "Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo". Essa posição contrastava com a do Movimento Passe Livre (MPL), que defende maior participação estatal no transporte público. Em junho de 2013, o MBL organizou mais quatro protestos: três no dia 24, em Porto Alegre, com Fábio Ostermann; no Rio de Janeiro; e em Belo Horizonte, com Juliano Gomes; além de uma manifestação em Brasília no dia 26. Nesse último ato, o MBL introduziu o slogan "menos PT, mais Mises", reforçando sua oposição ao governo petista e sua defesa do liberalismo econômico.[131]

Embora o MBL tenha ganhado notoriedade nas mobilizações em São Paulo entre 2015 e 2016, é interessante nos atentarmos que seus primeiros atos ocorreram em 2013, fora

---

[128] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 86

[129] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 86

[130] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 87

[131] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 87

da capital paulista. O primeiro protesto em São Paulo foi realizado apenas em 1º de novembro de 2014.[132]

A relevância de São Paulo para a expansão do movimento se tornou evidente com a entrada de figuras como Kim Kataguiri, Renan Santos e Fernando Holiday, que profissionalizaram o MBL e ampliaram sua atuação para o cenário nacional. Esses três líderes desempenharam papeis centrais na organização das manifestações contra a presidenta Dilma Rousseff após as eleições de 2014.

Segundo Gabriel Shimith Marchesano,[133] o MBL passa a ser relevante a partir do momento em que seus membros ganham notoriedade pela difusão de seus ideais e articulações com congressistas que compartilham uma visão política semelhante. Além disso, os membros do movimento também desempenharam papel significativo no processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, impulsionados por um grande apelo popular.

Para exemplificar o foco neoliberal, temos uma postagem no Facebook do Movimento Brasil Livre (MBL), publicado no dia 1º de julho de 2013, que reflete a perspectiva ideológica do grupo, que defende uma redução do papel do Estado na economia. A mensagem destaca que o Brasil só alcançará prosperidade, justiça e liberdade se houver menos impostos e menos dinheiro sob controle político.

Além disso, o MBL apoia uma iniciativa chamada “Marcha contra os impostos”, promovendo uma agenda liberal em termos econômicos, associando altos impostos e gastos públicos à corrupção ou ineficiência. Esse tipo de discurso é característico de grupos alinhados com ideias neoliberais, que enfatizam a diminuição da carga tributária e o aumento da liberdade econômica como soluções para os problemas sociais e econômicos.

---

[132] SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). Conversas&Controvérsias, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. p. 88

[133] MARCHESANO, Gabriel Shimith. MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci. p. 4

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Somente com menos impostos e menos dinheiro nas mãos de políticos teremos o Brasil próspero, justo e livre que almejamos. O MBL apoia esta iniciativa: MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Página oficial no Facebook. Disponível em : https://www.facebook.com/mblivre . Acesso em: 23 de nov. 2024.

Em mais uma publicação, o MBL deixa evidente sua aproximação com Aécio Neves. Publicado no Facebook em 1º de dezembro de 2014, a postagem destaca a atuação política do grupo por meio de seus coordenadores regionais. Na publicação, o MBL informa que Alexandre Paiva, então coordenador do movimento em Santa Catarina, firmou compromissos do grupo com o presidente do PSDB, Aécio Neves.

Esse post reflete o esforço do MBL para se consolidar como um ator político relevante, promovendo pautas que dialogam com setores conservadores e liberais, além de buscar articulação direta com partidos políticos, como o PSDB.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Hoje, Alexandre Paiva, coordenador do Movimento Brasil Livre de Santa Catarina, levou nossas reivindicações até o presidente do PSDB, Aécio Neves. Dia 6/12 tem mais uma rodada de

ventos ao redor do país inteiro. Contamos com todos! MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Página oficial no Facebook. Disponível em : https://www.facebook.com/mblivre . Acesso em: 18 nov. 2024.

Em uma entrevista para o Instituto Liberal, os representantes do MBL, Renan Haas, Kim Kataguiri e Pedro Mercante Souto, foram questionados: “Comecemos pela origem do MBL. Qual foi o início, de quem foi a ideia original? Como tudo começou?”

> “Começamos a trabalhar juntos no segundo turno das eleições, não como MBL, apenas como colegas. Decidimos fazer algo para impulsionar a campanha do Aécio. Produzimos um vídeo com o Danilo Gentilli mostrando um cenário futurístico em que a Dilma havia ganhado as eleições há quatro anos. O vídeo conseguiu mais de 31 milhões de visualizações, mas mesmo assim a Dilma venceu. Então marcamos a primeira manifestação no dia 1º de novembro, que ocorreu apenas em São Paulo, no MASP. Fomos rotulados de militaristas por causa de uma meia dúzia de pessoas que levantaram bandeiras pedindo intervenção militar, mas, apesar de apanhar bastante da mídia, sempre deixamos bem claro que somos um movimento liberal contra qualquer tipo de ditadura. Para a segunda manifestação decidimos criar um movimento, porque sentimos que o povo estava decidido a ir para a rua e várias pessoas ao redor do país se interessaram pelo que fizemos em São Paulo no dia primeiro. Então, no dia 15, fizemos em mais de 14 cidades pelo país e conseguimos juntar cerca de 10 mil pessoas só no protesto de São Paulo. Daí, o movimento definitivamente tomou forma, estabelecemos coordenadores estaduais pelo país, fizemos mais um protesto e um ato no dia 1º (de janeiro) com aviões por praias de todo o Brasil com os dizeres: “Petrolão: ela sabia”. Depois disso, aproveitando a onda do Movimento Passe Livre, que estava fazendo diversos protestos e havia organizado uma aula pública defendendo o passe livre, organizamos nossa própria aula pública defendendo a desregulamentação do transporte”[134]

Esse apoio foi intensificado pelo uso estratégico das mídias digitais, que fomentaram um sentimento generalizado de indignação da população em relação ao petismo na política nacional. Esse cenário contribuiu para o aumento da contaminação popular ao presidente, culminando na concretização do impeachment.[135]

Com o impeachment, o MBL consolidou sua participação política nas eleições municipais de 2016, marcadas pelo engajamento de seus membros por meio das redes sociais, uma das principais ferramentas de difusão de seus ideais. As redes sociais, ao se destacarem como um dos maiores meios de propagação de pensamento na atualidade, permitiram a ascensão de novos personagens políticos, como Kim Kataguiri e Fernando Holiday. Este último, foi eleito vereador na cidade de São Paulo. No âmbito nacional, o MBL conseguiu

---

[134] INSTITUTO LIBERAL. Movimento Brasil Livre e o 15 de março: tudo sobre o ato que reivindica o impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em: https://www.institutoliberal.org.br/blog/movimento-brasil-livre-e-o-15-de-marco-tudo-sobre-o-ato-que-reivindica-o-impeachment-de-dilma-rousseff/. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

[135] MARCHESANO, Gabriel Shimith. MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci. p. 5

eleger um prefeito e sete vereadores em diversas regiões do país, ampliando sua influência na política institucional.[136]

Gabriel Marchesano argumenta que os críticos do MBL e de grupos associados, amplamente difundidos pelas mídias digitais e apoiadas por *think tanks*, foram desenvolvidos para o enfraquecimento da imagem de partidos de esquerda e para o aumento da inclusão dessas forças políticas.[137]

Esse movimento culminou na eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência em 2018, representando um avanço das pautas conservadoras e liberais. O sucesso eleitoral de candidatos ligados ao MBL e outros grupos de direita resultou em uma maior presença de representantes das elites burguesas e da classe dirigente no Congresso Nacional.[138]

Contrário ao que o movimento pregava no início de sua consolidação, atualmente, segundo o jornal Poder360, o MBL anunciou ter coletado 809.357 assinaturas, superando as 547.042 exigidas pela Justiça Eleitoral para a criação de um partido político. O novo partido, denominado “Missão”, tem como objetivo disputar as eleições gerais de 2026. O movimento pretende concluir o processo de registro até outubro de 2025, visando lançar candidatos próprios, incluindo possíveis nomes como Arthur do Val e Cristiano Beraldo.[139] Este ano, o MBL conseguiu eleger 13 vereadores e uma vice-prefeita no interior paulista.[140]

3. O Movimento Brasil Livre e a Construção de um Discurso Anticomunista

3.1 Hegemonia segundo Gramsci

A ideia de hegemonia, segundo Antonio Gramsci, é central para entender as relações de poder e a manutenção da ordem social. Segundo Gramsci, a hegemonia não se limita ao

---

[136] Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/. Acessado 23 de novembro de 2024.

[137] MARCHESANO, Gabriel Shimith. MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci. p. 6

[138] MARCHESANO, Gabriel Shimith. MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci. p.6

[139] PODER360. MBL diz ter alcançado assinaturas para criar partido Missão. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/mbl-diz-ter-alcancado-assinaturas-para-criar-partido-missao Acesso em: 25 de novembro de 2024.
PARTIDO MISSÃO. Valores. Disponível em: https://partidomissao.com/#valores. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

[140] REVISTA OESTE. Com 14 eleitos, fundador do MBL comemora: "eleição histórica para a gente". Disponível em: https://revistaoeste.com/politica/com-14-eleitos-fundador-do-mbl-comemora-eleicao-historico-para-a-gente/. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

controle político formal do Estado, mas engloba uma complexa rede de interações sociais e culturais que validam um conjunto de conceitos e práticas.[141]

A hegemonia é alcançada quando o grupo dominante consegue importar sua visão de mundo, como uma "compreensão comum" aceita pela maioria da sociedade. Esta perspectiva se expressa não só no âmbito político e econômico, mas também no cultural, educacional e ideológico, onde as ideias predominantes se naturalizam e são percebidas como verdades universais.[142]

Gramsci explica que a hegemonia é mantida através de dois alicerces: o Bloco Histórico e os Intelectuais Orgânicos. O Bloco Histórico é a união de diversas classes sociais que possuem uma perspectiva de mundo compartilhada. Por outro lado, os Intelectuais Orgânicos são aqueles que, sendo das classes dominantes ou subalternas, se empenham em criar e propagar as ideias que sustentam essa hegemonia.[143]

Em relação ao MBL, seus integrantes podem ser considerados intelectuais orgânicos da nova direita, que se esforçam para estabelecer e consolidar uma nova hegemonia no Brasil através de suas ações e discursos.

3.2 O MBL e a "Doutrinação Comunista nas Universidades": Discursos e Estratégias

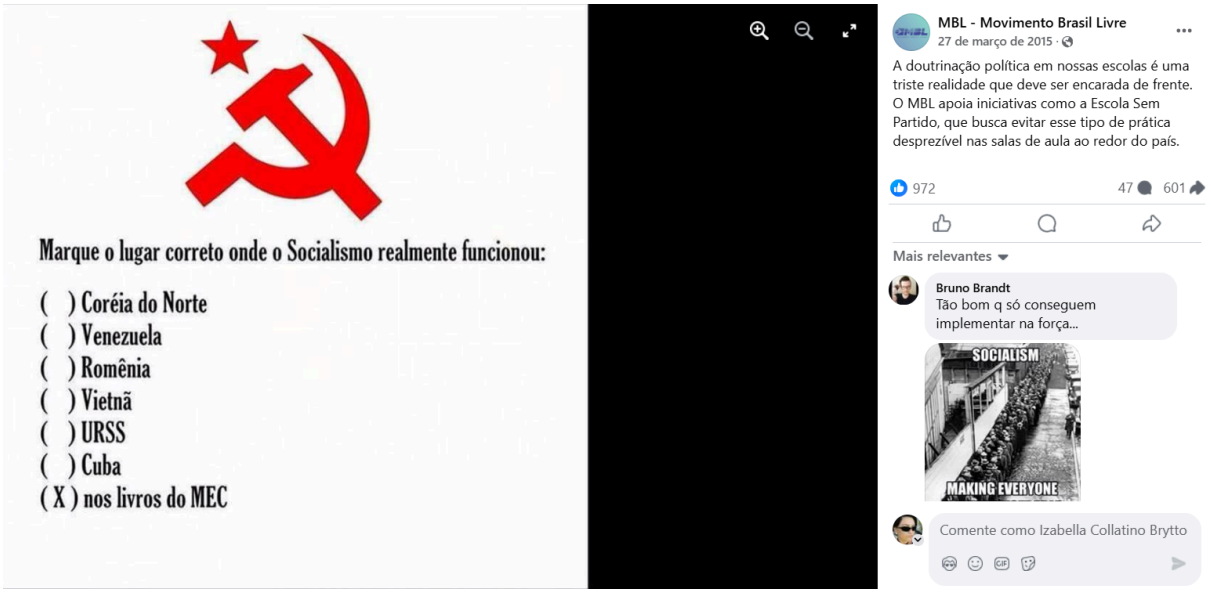
Durante sua jornada, o MBL construiu uma narrativa com o objetivo de desmantelar a "hegemonia ideológica das esquerdas", acusando-as de fomentar uma "doutrinação" nas universidades públicas. Essa acusação é crucial para a agenda do movimento, e atua como uma tática de mobilização, reforçando o entendimento de que as universidades no Brasil são dominadas por uma cultura marxista, que molda e direciona o pensamento de alunos e docentes.

A "doutrinação comunista" é uma das principais críticas do MBL às universidades públicas, uma vez que essa acusação se fundamenta na concepção de que docentes e acadêmicos, particularmente em campos das ciências sociais, propagam ideologias marxistas que impactam os alunos, visando formar uma "geração de militantes de esquerda".

Como um movimento jovem e que faz uso intenso das redes sociais, o MBL reconheceu o potencial de mobilização dessas plataformas no cenário contemporâneo. Logo,

[141] ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010. p 74
[142] ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010. p 79
[143]ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010. p 79

a internet e as redes sociais se tornaram ambientes favoráveis para a propagação de seus ideais e para a criação de um novo tipo de “compreensão comum”.



MOVIMENTO BRASIL LIVRE. A doutrinação política em nossas escolas é uma triste realidade que deve ser encarada de frente. O MBL apoia iniciativas como a Escola Sem Partido, que busca evitar esse tipo de prática desprezível nas salas de aula ao redor do país. Publicação no Facebook, 27 mar. 2015. Disponível em: https ://www .facebook .com /mblivre /photos /a -doutrina %C3 %A7 %C3 %A3o -pol %C3 %ADtica -em -nossas -escolas -%C3 %A9 -uma - triste -realidade -que -deve -ser -enc /290896061034544/ . Acesso em: 25 nov. 2024.

A publicação acima do Movimento Brasil Livre (MBL) no Facebook em 2015, contendo a legenda “A doutrinação política em nossas escolas é uma triste realidade que deve ser encarada de frente. O MBL apoia iniciativas como a Escola Sem Partido, que busca evitar esse tipo de prática desprezível nas salas de aula ao redor do país”, é um exemplo emblemático da estratégia discursiva empregada pelo movimento. Por meio dessa postagem, o MBL reforça sua narrativa sobre uma suposta hegemonia ideológica de esquerda no sistema educacional brasileiro

Essa suposta alegação, embora careça de fundamentos concretos, serve a propósitos estratégicos. Ao afirmar que o socialismo “funciona” apenas nos livros didáticos do MEC, o MBL não apenas critica as políticas públicas educacionais, mas também promove uma visão generalizadora e superficial da atuação do Ministério. Essa abordagem contribui para a polarização do debate público, ao criar um inimigo comum — no caso, um suposto projeto educacional de caráter doutrinário.

MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Kim destroi professor prepotente e defensor de doutrinação . YouTube, 23 de mai. de 2017. Disponível em : https://www.youtube.com/watch ? v = N5jx5KxKtko . Acesso em: 25 nov. 2024.

KATAGUIRI, Kim. Fomos AGREDIDOS por ESQUERDISTAS na UNIFESP! . YouTube, 26 de nov. de 2022. Disponível em : https://www.youtube.com/watch ? v = QNNMHZlVdFI . Acesso em: 25 nov. 2024.

PÂNICO JOVEM PAN. Fernando Holiday sobre AGRESSÃO NA UNICAMP: “PRECISAMOS DESESQUERDIZAR AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS” . YouTube, 6 de jul. de 2022. Disponível em : https://www.youtube.com/watch ? v = jEda8DjnIpA . Acesso em: 25 nov. 2024.

No vídeo intitulado “Kim derrota professor prepotente e defensor de doutrinação”, publicado no YouTube em 23 de maio de 2017, Kim Kataguiri, uma das figuras mais importantes do movimento, deixa evidente como o MBL utiliza retóricas simplistas para mobilizar suas bases. A acusação de “doutrinação” funciona como um mecanismo de polarização, dividindo o ambiente universitário em “bons” e “maus”, onde os primeiros representam os valores liberais e conservadores do movimento, e os segundos, as ideias de esquerda que o MBL combate .

Outro exemplo do discurso do MBL aparece no vídeo “Fomos agredidos por esquerdistas na UNIFESP”, publicado em 26 de novembro de 2022. Nele, Kim narra um episódio em que membros significativos do MBL foram hostilizados por grupos de estudantes durante uma visita à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O vídeo, além de reiterar as acusações de doutrina nas universidades, reforça a ideia de que os ambientes acadêmicos não toleram vozes divergentes e conservadoras, criando a percepção de uma suposta “censura ideológica” contra o MBL.

Esse discurso fortalece a retórica do movimento de que ele é uma força marginalizada e perseguida pela hegemonia esquerdista, ao mesmo tempo em que busca legitimar sua atuação como defensores da liberdade de expressão. A construção da narrativa de “vítima” nesse contexto é uma tática eficaz para mobilizar seguidores.

No terceiro vídeo sobre agressão na UNICAMP: “Precisamos desesquerdizar as universidades públicas”, publicado em 6 de julho de 2022, Fernando Holiday, ex-coordenador nacional do MBL, reforça o discurso do movimento ao argumentar que as universidades públicas brasileiras estão dominadas por uma cultura de esquerda que precisa ser erradicada. Holiday utiliza o termo “desesquerdizar” como uma forma de demarcar a agenda do movimento, indicando que é necessário purgar as instituições educacionais de qualquer influência ideológica que não esteja alinhada aos valores liberais e conservadores.

Contudo, o percurso político de Holiday evidencia a complexidade e as contradições internas do MBL. Depois de deixar o movimento em 2021[144], Holiday se afastou de figuras tradicionais da direita, como o ex-presidente Jair Bolsonaro. Porém, no ano de 2023, ele assumiu o papel de “apadrinhamento de Bolsonaro” no Partido Liberal (PL), sinalizando que sua trajetória política se transformou em uma aliança direta com o bolsonarismo.[145]

Por fim, uma análise dos vídeos permite situar o MBL como um ator chave na articulação de um projeto de hegemonia neoliberal e conservadora no Brasil. Utilizando as redes sociais como ferramenta central, o movimento busca transformar as universidades em campos de disputa ideológica, ao mesmo tempo em que se posiciona como um defensor das liberdades individuais e da pluralidade de ideias — embora frequentemente restrinja essa pluralidade aos seus próprios valores.

3.3 O MBL e a Formação de uma Nova "Compreensão Comum"

A partir de Gramsci, entendemos que o MBL não se concentra apenas em vencer politicamente seus oponentes, mas também em modificar as bases ideológicas da sociedade brasileira[146]. Através de suas ações, discursos e táticas, o MBL procura estabelecer uma nova "compreensão comum" que favoreça sua perspectiva de mundo. Essa perspectiva gira em torno da defesa do neoliberalismo, do moralismo conservador e da batalha contra o que denominam "socialismo". Ao se apresentar como um defensor da liberdade, da família e da propriedade, o movimento projeta a substituição da “hegemonia ideológica ligada à esquerda” por uma nova ordem fundamentada nos princípios da direita neoliberal.

---

[144]https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm

[145] CARTA CAPITAL. *Fernando Holiday, ex-MBL, diz que será o novo apadrinhado de Bolsonaro no PL.* Publicado em 24 maio 2023. Disponível em: https ://www .cartacapital .com .br /cartaexpressa /fernando -holiday -ex -mbl -diz -que -sera -o -novo -apadrinhado -de -bolsonaro -no -pl / . Acesso em: 28 de nov. 2024

[146] ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010. p 77

Através de suas mídias sociais, mobilizações e campanhas políticas, o MBL está participando deste processo de luta pela hegemonia, inserindo uma nova perspectiva de mundo, e isso não acontece somente nas ruas ou no Parlamento, mas também no âmbito cultural e nas instituições de ensino superior. Ao criticar as universidades e condenar a "doutrinação", o MBL busca estabelecer uma nova agenda cultural que favoreça sua perspectiva política e ideológica.

3.3 O MBL como um Aparelho Privado de Hegemonia

Segundo Antonio Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia (APHs) são instituições e organizações que atuam na esfera da sociedade civil, exercendo influência cultural e ideológica para consolidar o poder de uma classe ou bloco histórico. Eles desempenham um papel central na manutenção da hegemonia, legitimando valores e ideias dominantes como naturais e universais.[147]

Neste cenário, o MBL pode ser entendido como um APH que visa estabelecer uma hegemonia neoliberal e conservadora no Brasil, impulsionando uma agenda ideológica que confronta a progressista e a esquerda. Através de suas iniciativas e discursos, o movimento atua na sociedade civil para formar percepções, estabelecer consensos e mobilizar segmentos sociais em favor de seu projeto político. Ele atua como um mediador na batalha pelo poder cultural e político.

Além disso, o MBL vai além da oposição a partidos ou figuras de esquerda; seu objetivo é expandir uma perspectiva de mundo que enfatiza os valores do mercado, a liberdade econômica e uma posição contrária às políticas sociais progressistas. Assim, o MBL não apenas compete pelo poder político institucional, mas também pela orientação cultural e intelectual da sociedade.

Gramsci argumenta que a hegemonia é construída por meio de alianças estratégicas que unificam diferentes interesses em torno de um projeto comum.[148] O MBL atua exatamente nesse campo, unindo setores da classe média urbana, empresários, influenciadores digitais e grupos políticos conservadores em um bloco histórico que resiste ao avanço de

---

[147] LIMA, Joaquim Pacheco. Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e sociedade civil. Revista Espaço Acadêmico, p. 97-104, 2012. p 98-99

[148] LIMA, Joaquim Pacheco. Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e sociedade civil. Revista Espaço Acadêmico, p. 97-104, 2012. p 100

pautas progressistas. Essa articulação não se dá por coerção direta, mas pela formação de consenso, um elemento central da teoria gramsciana.

Além disso, o MBL também se estabeleceu como uma ferramenta para fortalecer o neoliberalismo no Brasil, uma vez que, sua defesa da meritocracia, da liberdade de mercado e da diminuição do Estado está em consonância com a lógica neoliberal, que tem como objetivo desmantelar os direitos sociais e concentrar a riqueza nas mãos dos empresários, logo, o movimento não opera de forma autônoma, mas em colaboração com outros mecanismos privados de hegemonia, tais como *think tanks*, empresas de comunicação e segmentos empresariais.

3.4 Há doutrinação?

Para examinar e avaliar a veracidade dessas afirmações, conduzimos uma breve pesquisa centrada na presença de conceitos ligados ao marxismo, socialismo e outras ideologias correlatas ao comunismo em teses e dissertações elaboradas em universidades brasileiras. A pesquisa tem como objetivo compreender a profundidade dessas discussões nas pesquisas científicas, para avaliar as alegações do MBL sobre a suposta doutrinação comunista.

A pesquisa foi realizada utilizando base de dados acadêmicos nacionais, como a plataforma “Catálogo de Teses e Dissertações CAPES". As palavras-chave selecionadas foram *socialismo*, *marxismo*, *comunismo*, *revolução comunista*, *Lenin*, *Marx* e *marxista*, com o intuito de identificar trabalhos de dissertação de mestrado e teses de doutoramento que abordassem essas temáticas, independentemente de sua posição política ou ideológica. As dissertações e teses que emergiram dessa pesquisa foram analisadas de forma quantitativa.

O MBL têm defendido a "libertação" das universidades do que denominam como "doutrinação comunista". Contudo, é crucial compreender se essas afirmações se baseiam em dados concretos sobre as pesquisas acadêmicas ou se são baseadas em interpretações equivocadas da aplicação teórica. A questão da suposta "doutrinação" é um ponto crucial na discussão sobre a liberdade acadêmica e a diversidade de pensamentos nas instituições de ensino superior.

O Catálogo da CAPES conta com 1.607.805 registros desde 1987, dos quais 987.851 são dissertações de mestrado e 368.901 são teses de doutorado. Ao selecionar apenas os registros que contêm os termos “marxismo”, “marxista”, “socialismo”, “revolução

comunista", "Marx", "Lenin" e "comunismo", observamos um total de 192.480 resultados, o que representa 0,84% do catálogo completo.[149]

Marxismo	1.244
Marxista	1.619
Socialismo	139.044
Revolução Comunista	314
Marx	2414
Lenin	751
Comunismo	47094

Filtros**:** "marxismo", "marxista", "socialismo", "revolução comunista", "Marx", "Lenin" e "comunismo". Apenas teses e dissertações.

Apesar desses números parecerem relevantes à primeira vista, é importante colocá-los em um contexto de mais de 1,6 milhão de dissertações e teses. O número de trabalhos que abordam efetivamente essas questões, ou seja, 0,84%, é bastante reduzido, sugerindo que o marxismo e ideologias correlatas não são predominantes nas pesquisas acadêmicas em universidades públicas.

Ademais, o aparecimento desses tópicos é comumente ligado a discussões acadêmicas sobre história, filosofia política, economia e ciências sociais, e não a uma suposta prática de "doutrinação".

Fica evidente o caráter plural e multidisciplinar do ambiente acadêmico brasileiro, particularmente nas ciências sociais e humanas. A existência de diversas correntes, incluindo o marxismo, é um elemento essencial para o funcionamento das universidades públicas, que devem ser locais de liberdade intelectual. As universidades são espaços para discussão e geração de conhecimento crítico, onde conceitos de variadas origens e pontos de vista são examinados e debatidos. Esta diversidade não indica uma uniformidade ideológica, mas a variedade de perspectivas teóricas que aprimoram o processo de aprendizagem acadêmica.

O fato de uma pequena parcela das dissertações e teses tratarem de assuntos como marxismo ou socialismo não implica que as instituições de ensino superior estejam sendo

[149] BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 28 nov. 2024.

"doutrinadas" para uma ideologia particular. Pelo contrário, isso representa um cenário de pesquisa e aprendizado onde diversas tendências ideológicas coexistem e são examinadas de forma crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Brasil Livre (MBL) de acordo com as ideias de Antonio Gramsci deve ser visto como um aparelho privado de hegemonia (APH). Este movimento, através de suas estratégias de mobilização nas mídias sociais, como vídeos no YouTube e postagens no Facebook, tem como objetivo não só disputar o poder político, mas também reestruturar o cenário ideológico do Brasil, estabelecendo uma nova “compreensão comum”. Ao defender a moral conservadora e o neoliberalismo, o MBL busca criar uma nova hegemonia que se contrapõe à suposta hegemonia ligada à esquerda e às concepções progressistas.

Como um APH, o MBL busca não só impactar a discussão pública, mas também estabelecer uma nova ordem cultural e política. A sua crítica às instituições de ensino superior e a acusação de "doutrinação comunista" não devem ser interpretadas como reflexos de uma realidade educacional, mas como parte de uma estratégia mais ampla para estabelecer um ambiente onde sua ideologia e valores neoliberais e conservadores predominam. Essa crítica ao ambiente acadêmico, está longe de refletir uma situação real de doutrinação, revela uma tática de deslegitimação das instituições que, historicamente, têm sido espaços de debate crítico e plural. Como demonstrado pela pesquisa, a presença de conceitos marxistas e socialistas em teses e dissertações representa apenas uma pequena porção do que é produzido no meio acadêmico, o que reforça a noção de que as universidades preservam seu papel de pluralidade intelectual.

É crucial salientar que o anticomunismo, uma das principais bandeiras do MBL, tem uma extensa história no Brasil, com raízes profundas no século XX, particularmente durante a era da Guerra Fria. O movimento resgata uma narrativa anticomunista que, embora pareça renovada e adaptada ao contexto contemporâneo, continua a carregar os mesmos elementos ideológicos que marcaram as décadas de 1940 a 1980.

No Brasil, o anticomunismo sempre foi um componente de legitimação de práticas autoritárias e conservadoras, e o MBL ao evocar esse discurso, ajuda a manter vivas as profundas ideologias que definem a política brasileira até os dias de hoje. Nesse sentido, o “fantasma do comunismo” que assombra o debate político do MBL nada mais é do que uma versão moderna de um argumento político e ideológico que remonta aos períodos de ditadura militar e à polarização da Guerra Fria, com uma roupa nova adaptada às aparências do século XXI.

Por fim, a atuação do MBL como um APH nos lembra que, em um cenário democrático, as disputas pela hegemonia ideológica e cultural são constantes e o

envolvimento na negociação entre diferentes blocos históricos. Ao tentar estabelecer uma nova ordem ideológica fundamentada no neoliberalismo e no conservadorismo, o movimento busca desvincular a suposta hegemonia que, historicamente, foi vinculada a outras forças políticas, particularmente as de esquerda e progressistas.

A presença de uma crítica feroz às universidades, a manipulação do conceito de "doutrinação" e a insistência em um discurso anticomunista são estratégias de construção de um consenso que favorece sua agenda política. Neste contexto, o MBL se estabelece como um participante ativo na batalha pela hegemonia, buscando conformar a sociedade brasileira com os princípios que defende, alinhados ao mercado e à moral conservadora.

Portanto, a análise do MBL sob a ótica gramsciana revela não apenas uma atuação estratégica do movimento, mas também o papel central que o anticomunismo continua a desempenhar na política brasileira, mesmo nos dias de hoje. O "fantasma comunista" retratado pelo MBL é, na realidade, um espelho das constantes disputas ideológicas que permeiam o país, semelhante aos mesmos embates que caracterizaram a história política do Brasil durante o século XX, porém com novas táticas.

O permanecer deste discurso e sua inserção no campo de batalha pela hegemonia são componentes cruciais para compreender a função do MBL no atual contexto político e os obstáculos que as forças progressistas enfrentam na formação de uma sociedade democrática e diversificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Tales. Crise, alucinose e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro. ALMEIDA, Ronaldo. TONIOL, Rodrigo. Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas/SP: Editora Unicamp, p. 117-142, 2018

ALVES, Giovanni; DO NASCIMENTO GONÇALVES, Luís Henrique; CASULO, Ana Celeste. Democratização e Tecnocapitalismo: O Brasil na Era Neoliberal. PerCursos, v. 21, n. 45, p. 24-49, 2020

AMORIM, Celso. Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n. 1, p. 19-32, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Fenomenologia da crise brasileira. Lutas Sociais, v. 19, n. 35, p. 9-26, 2015.

ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 1, 2007.

BATALHA, Cláudio HM. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. Revista Brasileira de História, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1991

BATISTA, Ariel Cherxes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. Anais da Semana de História, 2017.

BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re) articulação da hegemonia. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 03, p. 1665-1667, 2021.

BERTONHA, João Fábio. O Integralismo e o mundo: comparações, percepções e diálogos transnacionais . Maringá, PR: Edições Diálogos, 2024.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. Revista Lumen-ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 3, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. A fragilidade que nasce da dependência externa. Valor 1000, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. Crise e recuperação da confiança. Revista de Economia Política, v. 29, n. 1, p. 113, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. Estudos Avançados, v. 32, p. 17-29, 2018.

BUGIATO, Caio Martins. O impacto da revolução russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil. História social, n. 14/15, p. 141-155, 2008.

CALIL, Gilberto Grassi. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia Política, v. 11, n. 1 (17), 2000.

CAVALCANTI, Davi Barboza. Quem são os grupos de direita que ganharam as ruas do país: uma análise de redes com ênfase nos atores e nas pautas do Movimento Brasil Livre e do Vem pra Rua. 2019.

CIOCCARI, Deysi. Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. Revista Alterjor, v. 12, n. 2, p. 58-78, 2015.

CORRÊA, Andrey Lucas Macedo et al. O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 1992.

DA FROTA SIMÕES, Gustavo. Política externa do governo Castello Branco (1964-1967) para o continente americano. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, n. 13, p. 157-184, 2012.

DA SILVA, Ederson Duda. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. Conversas & Controvérsias, v. 5, n. 1, p. 75-95, 2018.

DA SILVA, Michel Goulart. Os militares e a propaganda anticomunista na ditadura. Cadernos Cemarx, v. 17, p. e023005-e023005, 2023.

DAL ROSSO, Sadi. Crise, convite para a ação e um Manifesto Comunista. 2012.

DE AMORIM, Alexandre Silveira. O governo João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964. Revista Angelus Novus, n. 20, p. 210466-210466, 2024.

DE ARAÚJO, Leonardo et al. Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 1, n. 1, p. 051-064, 2013.

DE BIVAR MARQUESE, Rafael. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX1. Brasileiros e Brasilianistas, p. 52, 2013.

DE CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem e o Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

DE MATTOS, Renan Alfenas. O Movimento Brasil Livre E O Ativismo Online De Inspiração Liberal/Conservadora. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 6, p. 105-120, 2018

DE OLIVEIRA NEGRÃO, João José. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas sociais, n. 1, p. 103-112, 1996.

DE SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Revista Aedos, v. 3, n. 8, 2011.

DE SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Primavera árabe e ocupações pelo mundo: um novo marco para a práxis transformadora. Lutas Sociais, n. 29, p. 187-189, 2012.

DE VARES, Sidnei Ferreira. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. História: Debates e Tendências, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2011.

DO AMARAL, Augusto Jobim; FIEDLER, Cássia Zimmermann; MEDINA, Roberta. De encontro à nova razão neoliberal: Primavera árabe, Occupy e as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Conversas & Controvérsias, v. 5, n. 2, p. 312-325, 2018.

DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. (No Title), 1981.

FAGNANI, Eduardo. O fim de um ciclo improvável (1988-2016): a política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe. Cinco Mil dias: o Brasil na era do lulismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campo, p. 117-130, 2017.

FAUSTO, Boris et al. história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.

FAUSTO, Boris. Revolução de 1930: historiografia e história. 1995.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERNANDES, Florestan. Jornadas de junho e Revolução Brasileira [em linha]. nov. 2014.

FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; DA SILVA CASSIN, Márcia Pereira. OS GOVERNOS PETISTAS E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES: BREVE BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS. Revista Praia Vermelha, v. 28, n. 1, 2018.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. Movimento Brasil Livre (MBL): dinâmicas e repertório de ação coletiva na disputa por hegemonia. In: XXXI Congresso ALAS, Uruguai–2017. Disponível em: http://alas2017. easyplanners. info/opc/tl/2347_isabelle_azevedo_ferreira. pdf>. Acesso em. 2018

FIDELIS, Thiago. Entre o Autoritarismo e a Democracia: a Reorganização Partidária e as Eleições Presidenciais de 1945. Simpósio Nacional de História, v. 26, p. 1-17, 2011.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. Opinião pública, v. 9, p. 93-117, 2003.

FIUZA, Alexandre Felipe; DE BONA, Gabriela Cristina Beltramin. A EDUCAÇÃO PELAS IMAGENS: O ANTICOMUNISMO NAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS NA ERA VARGAS (1930–1945). Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 6, n. 1, p. 341-370, 2021

FRANCHETTI, CLAUDINÉA JUSTINO. Propaganda Política Comunista e Anticomunista no Governo Dutra, entre os Anos de 1948 e 1950.

FRANZOI, Luiz Carlos; DE MORAIS, Marcos Cesar Porfirio. Redemocratização do Brasil. JICEX, v. 4, n. 4, 2014.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Companhia das Letras, 2020.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GOMES, Laurentino. 1889: Como um imperador cansado, um Marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. Globo Livros, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2014.
GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaios FEE, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008.

GUDIN, Eugênio. Notas Sobre A Economia Brasileira Desde A Proclamação Da República Até Os Nosso Dias. Revista Brasileira de Economia, v. 26, n. 3, p. 85-108, 1972.

GUERRA, Lauryston. A IDEIA, A PROPAGANDA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. Revista da Escola Superior de Guerra, n. 13, p. 141-148, 1989.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. Remate de Males, v. 5, p. 95-119, 1985.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. 2015.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam. DOS ESTADOS UNIDOS. A Formação da Nação. São Paulo: Contexto, 2015.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP-Marx, v. 2, n. 2, p. 111-138, 2014

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. Revista Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista Ufg, v. 13, n. 11, 2011.

MARCHESANO, Gabriel Shimith. MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MELCHÍADES DIAS, Sabrina. Os efeitos da crise do petróleo na política externa brasileira durante o governo Geisel. Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, v. 20, n. 39, 2021.

MEZZAROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. Sequência de Estudos Jurídicos e Políticos, p. 92-101, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política.

Locus: revista de História, v. 16, n. 1, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de. Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos" movimentos de classe média" sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018). 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208 p.

PARKER, Marcelo. Jango: o Populismo Em Crise e o Discurso de 13 de Março. Revista Historiador, n. 2, 2009.

PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Anais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. Estudos Ibero-Americanos, v. 28, n. 1, p. 167-182, 2002.

QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 27, 2018.

RAMPINELLI, Waldir José. Uma análise sobre a trilogia de Elio Gaspari que trata da ditadura militar brasileira. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 24, p. 160-165, 2014.

RICCI, Fabio. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba

Paulista. Revista HEERA, p. 21-34, 2006.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias et al. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros| Inside" think tanks": a research agenda for Brazilian think tanks. Liinc em Revista, v. 8, n. 1, 2012.

SALLUM JR, Brasilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. Lua Nova: Revista de cultura e política, p. 163-200, 2011.

SALLUM JR, Brasilio. Crise política e impeachment. Novos estudos CEBRAP, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos, et al. Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”:“Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. Dados, v. 56, p. 9-37, 2013.

SECCHI, Leonardo; ITO, Letícia Elena. Think Tanks e universidades no Brasil:: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. Planejamento e Políticas Públicas, n. 46, 2016.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. Tempos Históricos, v. 2, n. 1, p. 195-228, 2000.

SILVA, Ilse Gomes. AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: a direita.

SILVESTRE, João Gabriel Heilbuth. O modelo agroexportador brasileiro: a experiência do descobrimento ao século XXI. 2022.

SKIDMORE, Thomas Elliott. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). Companhia das letras, 2015.

SPINA, Paulo Roberto. O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013. 2016

TALHEIMER, August. Doze meses de Frente Popular. 1937.

VICENTE, Jonnathan Gomes; DE AZEVEDO, Mauro Lopes. Jornadas de junho: polarização, fanatismo e as mudanças no cenário político no Brasil. Khóra: Revista Transdisciplinar, v. 5, n. 6, 2018.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da «política do café-com-leite». Anuario IEHS, v. 16, p. 73-90, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. First as tragedy, then as farce. Verso, 2009.